

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

RAFAEL WOBETO PINTER

**UMA TIPOLOGIA DE PERGUNTAS PROIBIDAS
NOS PROCESSOS CIVIL E PENAL**

PORTO ALEGRE

2019

RAFAEL WOBETO PINTER

**UMA TIPOLOGIA DE PERGUNTAS PROIBIDAS
NOS PROCESSOS CIVIL E PENAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de concentração: Fundamentos Dogmáticos da Experiência Jurídica.

ORIENTADOR: Prof. Dr. DANILO KNIJNIK

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Pinter, Rafael Wobeto

Uma tipologia de perguntas proibidas nos processos civil e penal / Rafael Wobeto Pinter. -- 2019.
485 f.

Orientador: Danilo Knijnik.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Tipologia. 2. Perguntas indutivas. 3. Perguntas capciosas. 4. Processo Civil. 5. Processo Penal. I. Knijnik, Danilo, orient. II. Título.

RAFAEL WOBETO PINTER

UMA TIPOLOGIA DE PERGUNTAS PROIBIDAS NOS PROCESSOS CIVIL E PENAL

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador:

Prof. Dr. DANILO KNIJNIK, UFRGS

Doutor pela Faculdade de Direito da USP – São Paulo, Brasil

Banca Examinadora:

Prof. Dr. ROGERIO SCHIETTI MACHADO CRUZ, IDP

Doutor pela Faculdade de Direito da USP – São Paulo, Brasil

Prof. Dr. GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ, USP

Doutor pela Faculdade de Direito da USP – São Paulo, Brasil

Prof. Dr. DANIEL FRANCISCO MITIDIERO, UFRGS

Doutor pela Faculdade de Direito da UFRGS – Porto Alegre, Brasil

Porto Alegre, 9 de janeiro de 2019.

AGRADECIMENTOS

MANOEL DE BARROS escreveu certa feita que “a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem com barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós”. Mas não somente isso. “A gente descobre que o tamanho das coisas há que ser medido pela intimidade que temos com essas coisas. Há de ser como acontece com o amor. Assim, as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade”.

Justo pelos motivos da *intimidade* e do *encantamento* é que o trabalho adquiriu não apenas elevada importância ao seu autor, mas também consolidou-se como um projeto de grandes proporções. Um projeto que, na sua origem, pretendia apenas estudar as chamadas *leading questions* do direito norte-americano, ganhou novos contornos conforme os anos se passaram — e quanto maior o encantamento e a intimidade do autor com a sua pesquisa —, até efetivamente atingir a maturidade necessária para a elaboração de uma tipologia de perguntas proibidas nos processos civil e penal brasileiros, ora apresentada como dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS. De lá para cá, tantas águas rolaram, quantas pessoas me auxiliaram com livros, traduções, conversas e reflexões. Sem a menor pretensão de esgotar os agradecimentos nominais, diante da fatigada memória do autor, cumpre agradecer às pessoas que foram essenciais para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Edegar e Dulci, por sua essencial colaboração para que este trabalho fosse realizado, tanto em termos materiais como afetivos. Agradeço, ainda, ao meu irmão, Tiago, pela sua visão crítica da pesquisa e pelo auxílio com a

parte gráfica do trabalho. Agradeço à minha namorada, Luísa, cujo nome serviu para ilustrar muitos exemplos de perguntas ao longo do trabalho, pelo auxílio com a busca de livros para a redação da dissertação, pelas reprimendas mais do que necessárias para que o pesquisador desopilasse e, por fim, pelo imenso companheirismo.

Agradeço ao meu orientador, Professor Danilo Knijnik, sumidade incontestável no campo do direito probatório, pela orientação atenta e pelas várias reflexões proporcionadas ao longo do trabalho, o que, sem dúvida, contribuiu, em muito, para o alcance dos objetivos da pesquisa. Além do mais, agradeço imensamente pela liberdade que sempre me oportunizou, confiança que eu espero (tenho a esperança de) ter retribuído por meio de uma dissertação séria e aprofundada.

Agradeço aos Professores Rogerio Schietti Cruz, Gustavo Badaró e Daniel Mitidiero, componentes da banca final, pelas recomendações de melhorias (e reduções) ofertadas por ocasião da defesa da dissertação. Como disse o Ministro Rogerio Schietti em sua arguição, em se tratando de “defesa de dissertação”, deve haver “ataque” pela banca. E, de fato, houve: um ataque de ideias livre, cordial e deveras consistente, que até hoje tem me levado a muitas reflexões acerca do tema. Aprendi bastante, e não apenas sobre questões “estritamente” jurídicas (ou doutrinárias), mas sobre questões da prática forense e reflexões sobre como manejar a tipologia elaborada dentro do sistema processual brasileiro, o que não se revela tão singelo — longe disso.

Agradeço aos Professores Sérgio Mattos e Pablo Alflen, componentes da banca de qualificação, pelos inúmeros apontamentos realizados e reflexões proporcionadas, pela importância que deram aos propósitos da pesquisa e, por fim, por auxiliarem-me na preparação da dissertação para se tornar um (futuro) livro atraente ao público leitor.

Agradeço ao Professor Eduardo Scarparo pelos livros emprestados e pelas reflexões em torno da pesquisa, contribuindo também com a sua experiência para a redação da

dissertação. Sem dúvida, a orientação do Professor ainda no Trabalho de Conclusão de Curso me fez perceber as potencialidades do tema e as suas implicações no campo da retórica forense.

Agradeço ao Professor Alejandro Alvarez, que me auxiliou sobremaneira com a parte filosófica do trabalho, recomendando livros e sugerindo abordagens. Da mesma forma, agradeço a Pablo Miozzo, pelas recomendações de leituras sobre proporcionalidade e razoabilidade. Agradeço ainda a Daniel Zaclis por ter gentilmente me presenteado com um exemplar de seu livro, esgotado em todas as livrarias, *As nulidades no processo penal*.

Agradeço à Professora Raquel Scalcon por todo o auxílio e pelas preciosas recomendações que me forneceu na busca de bibliografia para a pesquisa. Acima de tudo, agradeço-a pelo exemplo de pesquisadora que é para todos os seus alunos e ex-alunos.

Agradeço a todos os Professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS com quem cursei cadeiras ao longo do Mestrado, especialmente aos Professores Daniel Mitidiero, Bruno Miragem, Luis Renato Ferreira da Silva, Guilherme Nitschke e Pablo Alflen. Certamente, o trabalho ora apresentado também é fruto das discussões travadas ao longo de todo o Curso e das recomendações de leitura propostas em cada disciplina.

Agradeço também, em nome dos Professores Márcia Ivana de Lima e Silva e Marcos Goldnadel, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS pela calorosa acolhida, cujo auxílio resultou em praticamente toda a abordagem sobre a pragmática das perguntas e os subtipos de perguntas capciosas. Agradeço, nesse compasso, aos colegas da disciplina de Teorias do Processo Criativo pelo tanto que me ensinaram em cada aula e, sobretudo, pelo exemplo de pluralismo e diversidade de ideias.

Agradeço a Eduardo Néri por ter me apresentado o tema das *leading questions* nos idos de 2015, sempre realizando importantes apontamentos sobre a pesquisa. Agradeço, da

mesma forma, aos colegas do Grupo de Pesquisa Processo e Argumento, coordenado pelo Professor Eduardo Scarparo, por todos os debates e pelo imenso coleguismo.

Agradeço a todos os servidores e servidoras do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS pelo auxílio com as dúvidas ao longo do Mestrado e pelo atendimento de excelência que sempre me proporcionaram. Agradeço, ainda, à servidora Joceli Muller, da Comutação Bibliográfica da Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS, pela indispensável ajuda na busca de livros e artigos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos amigos Augusto Sperb Machado e Mártin Gawski pelas sugestões e recomendações fornecidas para a redação da dissertação. Agradeço a Matheus Alves pela revisão dos trechos em inglês e a José Generosi pela revisão dos trechos em alemão. Agradeço a Eduardo Costa pelo auxílio com os trechos em latim. Agradeço a Cíntia Gonçalves pela leitura atenta de trechos do trabalho. Agradeço a Lenira Medeiros pelo precioso auxílio com os livros sobre direito processual espanhol retirados diretamente da Biblioteca da Universidad Autónoma de Madrid. Agradeço, ainda, ao amigo e juiz federal Rafael Slomp pela visão crítica em torno da pesquisa. Agradeço, também, a todos os colegas do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS, especialmente a Filipe Nasi e a Kelly Susane Alflen.

Agradeço, por fim, aos amigos e amigas da 5ª Seção, da Revista *Res Severa Verum Gaudium*, de TozziniFreire Advogados e de Eduardo Scarparo Advocacia e Consultoria por me transmitirem confiança e força de vontade para a realização deste trabalho.

Os erros constantes da dissertação são todos meus, é claro. Afinal, parafraseando MANOEL DE BARROS: o melhor de mim sou vocês! Muito obrigado.

Não basta ver para ver, é necessário olhar para o que se vê.

Padre Antônio Vieira

RESUMO

Este trabalho pretende elaborar uma tipologia doutrinária e exemplificativa de perguntas proibidas com o objetivo particular de identificar, ainda que incompletamente, as “perguntas que puderem induzir a resposta” e as “perguntas capciosas”, cuja formulação é proibida pela legislação processual brasileira. A finalidade prática de uma tipologia de perguntas proibidas repousa no desenvolvimento de um instrumental jurídico de controle apto a reduzir a discricionariedade judicial na aplicação das normas interpretadas dos artigos 459 do Código de Processo Civil e 212 do Código de Processo Penal, compreendidas como autênticas regras que impõem limitações probatórias de valor epistemológico e caracterizam-se pela qualidade de sobredireito (*Überrecht*) processual, sendo aplicáveis em todas as circunstâncias nas quais ocorre uma atividade inquiritória (judicial ou extrajudicial), de forma a regular o método pelo qual deve ser feita inquirição sobre fatos. Para tanto, recorre-se ao pensamento tipológico ou, de maneira mais específica, à catalogação de tipos reais normativos (também chamados de tipos empíricos) na elaboração de uma tipologia subordinada ao conceito de perguntas proibidas e fundada sob o critério da sugestionabilidade interrogativa. A partir dos tipos e dos subtipos catalogados, a tipologia de perguntas proibidas permite pôr em correspondência, por meio de um raciocínio analógico, a norma proibitiva e a formulação de uma determinada pergunta no âmbito da atividade inquiritória com o propósito de controlar as perguntas formuladas. Além disso, quando os tipos e os subtipos jurídicos catalogados não bastam para exercer o controle da aplicação das normas que proíbem a formulação de determinadas perguntas, são formados cânones ou tópicos jurídicos, justificáveis pela proporcionalidade ou pela razoabilidade, que, conjuntamente à tipologia, fornecerão o fundamento suficiente para que se enuncie uma regra de garantia da analogia com vistas a solver problemas jurídicos não solucionados exclusivamente com base no pensamento tipológico. Por fim, após a formação de tópicos jurídicos que complementem a tipologia de perguntas proibidas previamente elaborada, efetua-se um *checklist* ou um passo a passo para sistematizar as questões inerentes ao exercício de controle sobre as perguntas formuladas e, ao mesmo tempo, permitir acesso aos instrumentos argumentativos para o exercício do contraditório.

Palavras-chaves: Tipologia; Perguntas indutivas; Perguntas capciosas; Processo Civil; Processo Penal.

ABSTRACT

This thesis intends to elaborate a dogmatic and exemplary typology of forbidden questions with the particular aim of identifying, albeit incompletely, the “leading questions” and “misleading questions” which are currently prohibited in Brazilian procedural legislation. The practical purpose of such typology rests on the development of a legal control framework able to diminish judicial discretion in application of rules interpreted in articles 459 of the Brazilian Code of Civil Procedure and 212 of the Brazilian Code of Criminal Procedure, understood as authentic rules that impose evidentiary constraints of epistemological value and are characterized by their overriding (*Überrecht*) quality, being applicable in all circumstances when a fact investigation (judicial or extrajudicial) takes place, as to regulate the method by which the fact inquiry should be done. Therefore, a typological thinking is used, or in a more specific way, the cataloging of real normative types (also known as empiric types) in elaboration of a typology subordinate to the concept of forbidden questions and founded on the criteria of interrogative suggestibility. Starting from the cataloged types and subtypes, through an analogical reasoning, the forbidden questions typology allows to put both the prohibitive rule and the formulation of a given question regarding the fact investigation in correspondence, with the purpose of control over the questions asked. Moreover, when the cataloged legal types and subtypes are not sufficient for exerting control over the application of rules that ban the formulation of certain questions, legal canons or topics are created, justifiable by proportionality or reasonableness, which together with the typology will supply enough rationale for an analogy-warranting rule to be enunciated with the aim of solving legal problems not solved with exclusive use of typological thinking. Lastly, after the formulation of legal topics that complement the forbidden questions typology previously elaborated, a checklist or step-by-step is done in order to systematize questions inherent to the exercise of control over formulated questions and at the same time allow access to argumentative tools for the exercise of the adversarial principle.

Keywords: Typology; Leading questions; Misleading questions; Civil Procedure; Criminal Procedure.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	PRESSUPOSTOS PARA A ELABORAÇÃO DE UMA TIPOLOGIA DE PERGUNTAS PROIBIDAS	23
2.1	PERSPECTIVA HISTÓRICA DAS PERGUNTAS PROIBIDAS PELO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO	24
2.1.1	<i>Ordenações Filipinas</i>	26
2.1.2	<i>Código de Processo Criminal de 1832</i>	35
2.1.3	<i>Regulamento 737 de 1850</i>	40
2.1.4	<i>Decreto n. 3.084 de 1898</i>	43
2.1.5	<i>Código de Processo Civil de 1939</i>	46
2.1.6	<i>Código de Processo Penal de 1941</i>	51
2.1.7	<i>Código de Processo Civil de 1973</i>	55
2.1.8	<i>Código de Processo Civil de 2015 (e Lei n. 11.690 de 2008)</i>	61
2.1.9	<i>Quadros sinóticos</i>	72
2.2	A HERMENÊUTICA DAS PROIBIÇÕES DE FORMULAÇÃO DE DETERMINADAS PERGUNTAS	74
2.2.1	<i>A interpretação na Ciência do Direito</i>	77
2.2.2	<i>A vagueza e a ambiguidade</i>	79
2.2.3	<i>As expressões “perguntas que puderem induzir a resposta” e “perguntas capciosas”</i>	82
2.2.4	<i>Dos problemas de interpretação ao sistema de conceitos gerais abstratos</i>	83
2.2.5	<i>A necessidade de outras formas de pensamento para a interpretação das perguntas proibidas pelo sistema processual brasileiro</i>	87
2.2.6	<i>Quadros sinóticos</i>	89
2.3	O RECURSO À DOUTRINA DOS TIPOS	91
2.3.1	<i>O tipo tecnicamente considerado (ou propriamente dito)</i>	92
2.3.2	<i>O tipo real normativo</i>	99
2.3.3	<i>A tipologia</i>	103
2.3.4	<i>Subtipos</i>	108
2.3.5	<i>O tipo e o topos</i>	109
2.3.6	<i>Quadros sinóticos</i>	115
2.4	AS FRONTEIRAS EPISTEMOLÓGICAS DE UMA TIPOLOGIA DE PERGUNTAS PROIBIDAS	116
2.4.1	<i>A epistemologia das provas</i>	116
2.4.2	<i>O que é prova, afinal?</i>	119
2.4.3	<i>A função da prova, ou “a Prova e a Verdade”</i>	125
2.4.4	<i>As perguntas proibidas como limitações probatórias de valor epistemológico</i>	130
2.4.5	<i>As perguntas proibidas como sobredireito processual</i>	136
2.4.6	<i>Quadros sinóticos</i>	141

3 INSTRUMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE UMA TIPOLOGIA DE PERGUNTAS PROIBIDAS	142
3.1 A SEMIÓTICA E OS TIPOS DE PERGUNTAS	142
3.1.1 <i>O que é uma pergunta, afinal?</i>	145
3.1.2 <i>Sintática das perguntas</i>	148
3.1.3 <i>Semântica das perguntas</i>	151
3.1.4 <i>Pragmática das perguntas</i>	153
3.1.5 <i>Tipos de perguntas</i>	158
3.1.6 <i>As perguntas para além das perguntas: as perguntas proibidas</i>	162
3.1.7 <i>Quadros sinóticos</i>	168
3.2 A PSICOLOGIA DA SUGESTÃO	170
3.2.1 <i>Psicologia da Sugestão ou Psicologia da Memória?</i>	171
3.2.2 <i>O que é sugestão, afinal?</i>	175
3.2.3 <i>A sugestão e a sugestionabilidade</i>	178
3.2.4 <i>A sugestionabilidade interrogativa</i>	181
3.2.5 <i>Quadros sinóticos</i>	194
3.3 AS TÉCNICAS DE ENTREVISTA	195
3.3.1 <i>A entrevista profissional</i>	196
3.3.2 <i>A entrevista clínica</i>	200
3.3.3 <i>A entrevista científica</i>	202
3.3.4 <i>A entrevista jornalística</i>	205
3.3.5 <i>A entrevista investigativa</i>	208
3.3.6 <i>Quadros sinóticos</i>	222
3.4 AS PERGUNTAS PROIBIDAS NA ATIVIDADE INQUIRITÓRIA NA EXPERIÊNCIA COMPARADA	224
3.4.1 <i>A vasta experiência norte-americana</i>	226
3.4.2 <i>As inquirições fraudulentas e a proibição de valoração na Alemanha</i>	237
3.4.3 <i>As perguntas proibidas pela legislação processual espanhola</i>	242
3.4.4 <i>A particularidade da legislação processual italiana</i>	248
3.4.5 <i>Quadros sinóticos</i>	254
4 A ELABORAÇÃO DE UMA TIPOLOGIA DE PERGUNTAS PROIBIDAS APLICÁVEL AOS PROCESSOS CIVIL E PENAL	256
4.1 O CATÁLOGO DE TIPOS DE PERGUNTAS	257
4.1.1 <i>O conceito de perguntas proibidas</i>	257
4.1.2 <i>Os critérios eleitos para a fundação da tipologia</i>	261
4.1.3 <i>A estrutura de uma tipologia de perguntas proibidas</i>	263
4.1.4 <i>O tipo de perguntas indutivas e seus subtipos</i>	265
4.1.5 <i>O tipo de perguntas capciosas e seus subtipos</i>	274
4.1.6 <i>Quadros sinóticos</i>	286
4.2 O CONTROLE DAS PERGUNTAS COM BASE NOS TIPOS	288
4.2.1 <i>A tipologia de perguntas proibidas e o pensamento analógico</i>	290
4.2.2 <i>Operacionalizando os subtipos catalogados, ou “o controle das perguntas indutivas e capciosas propriamente dito”</i>	299
4.2.3 <i>Proporcionalidade e tipologia de perguntas indutivas: o controle das standard yes/no questions e das alternative questions</i>	312

4.2.4	<i>Razoabilidade e tipologia de perguntas capciosas: o controle das perguntas capciosas</i>	326
4.2.5	<i>Checklist ou passo a passo para o controle das perguntas formuladas no âmbito da atividade inquiratória com base em uma tipologia de perguntas proibidas</i>	335
4.2.6	<i>Quadros sinóticos</i>	338
4.3	A APLICAÇÃO DA TIPOLOGIA NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO	340
4.3.1	<i>Envolvimento dos participantes na investigação dos fatos com a tipologia de perguntas proibidas</i>	341
4.3.2	<i>Formas de impugnação das perguntas proibidas</i>	344
4.3.2.1	Impugnações instantâneas ou diferidas	346
4.3.2.2	Impugnação instantânea no processo judicial	346
4.3.2.3	Impugnação diferida no processo judicial	348
4.3.2.4	Impugnação instantânea nos inquéritos civil e policial	348
4.3.2.5	Impugnação diferida nos inquéritos civil e policial	349
4.3.2.6	O controle das perguntas estimulado pelas impugnações	352
4.3.3	<i>Consequências processuais da formulação de perguntas proibidas</i>	354
4.3.3.1	Inadmissão da pergunta proibida	354
4.3.3.2	Inutilizabilidade da prova produzida	355
4.3.3.3	Efeitos da declaração de inutilizabilidade da prova	358
4.3.3.4	A regra do prejuízo e a inutilizabilidade da prova	359
4.3.3.5	A inutilizabilidade da prova derivada e as perguntas consecutivas	362
4.3.4	<i>Recursos e remédios constitucionais cabíveis em face da formulação de perguntas proibidas</i>	367
4.3.4.1	Apelação	368
4.3.4.2	Recurso em Sentido Estrito	373
4.3.4.3	Mandado de Segurança	374
4.3.4.4	<i>Habeas Corpus</i>	379
4.3.4.5	Recurso Especial	381
4.3.5	<i>Quadros sinóticos</i>	385
4.4	ESTUDO DE CASOS	386
4.4.1	<i>Audiência criminal: depoimento de acusado colaborador na Operação Lava Jato</i>	387
4.4.2	<i>Comissão Parlamentar de Inquérito: o “Esquema” e o depoimento de P.C.</i>	402
4.4.3	<i>Audiência trabalhista: o vigilante desprotegido</i>	413
4.4.4	<i>Quadros sinóticos</i>	434
5	CONCLUSÃO	435

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura esquematizada do raciocínio jurídico.

Figura 2 – A vagueza (círculos de incerteza) e a ambiguidade (campos de referência) da expressão “jogo”.

Figura 3 – Tipologia de perguntas conforme o grau de coerção/restrrição de respostas com base em DANET.

Figura 4 – Representação do modelo teórico da sugestionabilidade interrogativa.

Figura 5 – *Griffiths Question Map* de uma entrevista investigativa sobre agressão.

Figura 6 – Estrutura da tipologia de perguntas proibidas.

Figura 7 – Escada da sugestividade da tipologia de subtipos de perguntas indutivas.

Figura 8 – Diagrama de Venn representando a formação do tipo de perguntas capciosas.

Figura 9 – Estrutura esquematizada do raciocínio jurídico das perguntas proibidas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema do raciocínio analógico que tem por fonte de comparação as *tag questions*.

Quadro 2 – Esquema do raciocínio analógico que tem por fonte de comparação as *declarative questions*.

Quadro 3 – Esquema do raciocínio analógico que tem por fonte de comparação as *negative yes/no questions*.

Quadro 4 – Esquema do raciocínio analógico que tem por fonte de comparação as *wh-questions*.

Quadro 5 – Esquema do raciocínio analógico que tem por fonte de comparação as *requestions*.

Quadro 6 – Esquema do raciocínio analógico que tem por fonte de comparação as *alternative questions*.

Quadro 7 – Esquema do raciocínio analógico que tem por fonte de comparação as *standard yes/no questions*.

Quadro 8 – Esquema do raciocínio analógico que tem por fonte de comparação as perguntas com expressões iterativas.

Quadro 9 – Esquema do raciocínio analógico que tem por fonte de comparação as perguntas com verbos de mudança de estado.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de perguntas de acordo com o *Griffiths Question Map*.

Tabela 2 – Subtipos de perguntas indutivas.

Tabela 3 – Subtipos de perguntas capciosas.

1 INTRODUÇÃO

Juiz: Podem ser feitas perguntas difíceis ao senhor. Isso é natural do ato judicial. Não significa que essas perguntas contêm afirmações, de fato, que são verdadeiras, mas as perguntas podem ser difíceis, mas o objetivo disso é esclarecer a verdade e oportunizar que o senhor tenha uma resposta pra cada uma dessas perguntas.

Acusado: Não tem... não tem pergunta difícil, Doutor. Quando alguém quer falar a verdade, não tem pergunta difícil¹.

A advertência feita pelo juiz Sergio Fernando Moro e prontamente respondida pelo acusado e ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no início da audiência de instrução na Ação Penal 5046512-94.2016.4.04.7000 ocorrida em 10 de maio de 2017 ilustra com perfeição a relevância de que gozam as perguntas formuladas no âmbito de uma entrevista investigativa². Fáceis ou difíceis — inobstante o que tais adjetivações empregadas pretendam exprimir —, as perguntas inegavelmente influenciam as respostas fornecidas pelo entrevistado e constituem parte essencial do desenvolvimento da atividade inquiritória, mormente porque o relato fornecido não é nem jamais será *completamente* livre, na medida em que nenhum entrevistado desata a relatar fatos de forma espontânea, mas, sim, estimulado por meio de perguntas. Assim, como já escrevera BINET no crepúsculo do século XIX, a pergunta forma com a resposta um todo indivisível, exercendo grande influência sobre seu conteúdo³.

As perguntas de maior importância para o direito processual e de que se cuida neste trabalho são formuladas no contexto da produção probatória para a elucidação de fatos pretéritos, podendo-se resumir à simples indagação “O que aconteceu?”⁴. Trata-se, como denominado em inglês, do *fact inquiry*, *i. e.* da inquirição sobre fatos no âmbito de uma

¹ BRASIL. Juízo Federal da 13ª Vara Federal de Curitiba. *Ação Penal 5046512-94.2016.4.04.7000*. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Luiz Inácio Lula da Silva. Data de autuação: 14/09/2016.

² A entrevista investigativa é compreendida como um novo modelo de interrogatório e a expressão é utilizada para se referir tanto a entrevistas com suspeitos quanto a entrevistas com testemunhas (ou vítimas). Para mais informações, v. WILLIAMSON, Thomas. From interrogation to investigative interviewing: Strategic trends in the police questioning. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, v. 3, 1993. No decorrer do trabalho, v. *infra* item 3.3.5.

³ BINET, Alfred. *La suggestibilité*. Paris: Schleicher, 1900, p. 316.

investigação (seja ela judicial ou extrajudicial). A inquirição sobre fatos é uma atividade investigativa necessária e valiosa porque, mesmo na era moderna da ciência e da tecnologia, a informação oral continua sendo um dos recursos mais importantes na investigação dos fatos⁵. Tanto é assim que, como observam ANDERSON, SCHUM e TWINING, a investigação dos fatos também pode ser apropriadamente denominada como “inquirição sobre fatos”⁶ (*fact inquiry*), sobretudo se se considerar que o ingrediente crucial da investigação dos fatos é a formulação de perguntas e a busca para respostas acerca de diversos questionamentos que surgem ao longo da investigação⁷.

Sem dúvida, conforme de há muito escrevera AMARAL SANTOS, “são inegáveis os perigos e inconvenientes da prova testemunhal”⁸, entretanto, “como o testemunho oral é a maior força da vida jurídica em milhares de casos, cumpre ao jurista, ao cientista, ao legislador, num esforço comum, procurar, indicar e estabelecer os remédios capazes de remover, corrigir ou suavizar aqueles perigos e inconvenientes”⁹. A lição é deveras antiga. Apesar disso, com a alteração promovida pelo artigo 459 do Código de Processo Civil de 2015 ao estabelecer a inquirição das testemunhas pelas partes e seus advogados sem a intermediação do juiz, nunca pareceu tão contemporânea.

A inquirição sem intermediação, além de aproximar o processo civil e o processo penal brasileiros, alterou por completo a dinâmica da atividade inquiritória desenvolvida judicialmente e o controle das perguntas formuladas em audiência. Isso porque o artigo 459

⁴ STEIN, Alex. *Foundations of Evidence Law*. Oxford-New York: Oxford University Press, 2005, p. 34.

⁵ LEO, Richard A. *Police Interrogation and American Justice*. Cambridge-Massachusetts-London: Harvard University Press, 2008, p. 271.

⁶ Para que o corpo de texto não fique excessivamente poluído com indicações de “tradução livre”, exigência constante das normas técnicas de publicação brasileiras quando for o caso, todas as citações que se referirem a obras publicadas em língua estrangeira (ver lista de referências ao final), mas que constarem no texto em português, são de tradução do próprio autor (salvo indicação em contrário).

⁷ ANDERSON, Terence; SCHUM, David; TWINING, William. *Analysis of Evidence: Law in Context*. 2. ed. Cambridge-New York: Cambridge University Press, 2005, p. 55.

⁸ SANTOS, Moacyr Amaral. *Prova judiciária no cível e comercial*. v. 3. 3. ed. São Paulo: Max Limonad, 1964, p. 101.

⁹ SANTOS, Moacyr Amaral. *Prova judiciária no cível e comercial*. v. 3. 3. ed., cit., p. 101.

do Código não estabelece apenas a inquirição “direta”¹⁰ das testemunhas, mas também proíbe a formulação de *perguntas que puderem induzir a resposta*, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida, bem como, no § 2º do mesmo artigo, proíbe a formulação de *perguntas impertinentes, capciosas ou vexatórias*. Dessa forma, o Código de Processo Civil praticamente reproduz a redação atribuída pela Lei n. 11.690 de 2008 ao artigo 212 do Código de Processo Penal, que já havia proibido a formulação de *perguntas que puderem induzir a resposta*, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida na inquirição das testemunhas pelas partes ou seus advogados.

Antes de prosseguir, contudo, uma precisão — e não um preciosismo — terminológica merece ser feita.

As perguntas proibidas para efeitos deste trabalho são, em essência, as perguntas proibidas em razão de sua *forma* ou distinguíveis com base em sua *estrutura superficial*, *i. e.* as perguntas capciosas e as perguntas que puderem induzir a resposta, por isso mesmo consideradas, e de ora em diante denominadas, “*determinadas*” perguntas proibidas pela legislação processual. É precisamente por esse motivo que o estudo não engloba as *perguntas impertinentes, vexatórias e repetitivas*, cuja formulação também é vedada pelos artigos 459 e 212 do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, respectivamente, compreendidas como perguntas que *não* versam sobre fatos pertinentes *ou* que tão somente limitam o *conteúdo* da atividade inquiritória. A impertinência, o vexante e a repetição constatados em uma dada pergunta são causados em função do conteúdo nela expresso, e não com base em sua estrutura formal. *Impertinente* é a pergunta que não diz respeito ao *conteúdo* objeto de controvérsia na demanda. *Vexatória* é a pergunta cujo *conteúdo* incute vergonha ou

¹⁰ A expressão “direta” foi colocada entre aspas porque não se está a falar propriamente do método de inquirição da *direct examination* previsto nas *Rules of Evidence* norte-americanas, também denominado de *examination-in-chief*, que constitui, segundo o *Black Law’s Dictionary*, “[a] primeira inquirição de uma testemunha no *trial* ou

ultraje no entrevistado. Por fim, *repetida* é a pergunta cujo *conteúdo* já foi objeto de outra pergunta formulada e devidamente respondida pelo entrevistado.

Da mesma forma, o trabalho não engloba as *proibições de depor* previstas no artigo 207 do Código de Processo Penal. Ao contrário das perguntas proibidas, tais proibições consistem essencialmente em proibições relativas a determinadas pessoas, que estão proibidas de depor sobre fatos que tenham conhecimento em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e que devam, pois, guardar segredo. Em suma, uma coisa são as *perguntas* proibidas em razão de sua forma ou distinguíveis com base em sua estrutura superficial; outra, bastante diversa, as *pessoas* proibidas de depor em razão de determinada qualidade. Tudo bem visto, uma vez desobrigada do segredo pela parte interessada, a pessoa inicialmente proibida terá a faculdade de depor, sem que lhe possam ser formuladas, entretanto, perguntas proibidas, conforme ocorre com os demais depoentes.

Destinatárias de atenção neste trabalho, as perguntas proibidas em função de sua forma ou distinguíveis com base em sua estrutura superficial não recebem semelhante prestígio da doutrina processual. A despeito da limitação probatória de formulação de *determinadas perguntas* prevista pela legislação processual civil e penal, a literatura jurídica brasileira não dimensiona minimamente o que se quer significar por meio das expressões “capciosas” e “que puderem induzir a respostas”, de sorte que as proibições à formulação de tais perguntas findam num limbo em que, à míngua de uma construção *dogmática* tendente à estabilização de padrões decisórios¹¹, a discricção judicial resulta na única saída para o

em outro procedimento, conduzida pela parte que a chamou para testemunhar” (GARNER, Bryan A. (Ed.). *Black's Law Dictionary*. 9. ed. St. Paul: West Pub. Co., 2009, p. 526).

¹¹ A propósito, como pontua FERRAZ JÚNIOR (Tercio Sampaio. *Função social da dogmática jurídica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 90-92), “[a]s questões dogmáticas são tipicamente tecnológicas. Nesse sentido, elas têm uma função diretiva explícita, pois a situação nelas captada é configurada como um dever-ser. Questões desse tipo visam a possibilitar uma decisão e a orientar a ação [...]. Nesse contexto, a Dogmática Jurídica não se exaure na tarefa — embora relevantíssima e decisiva — de interpretação, construção e sistematização dos modelos jurídicos, numa análise de todos os processos que integram a técnica jurídica, pois implica e pressupõe a determinação de seus princípios constitutivos na condicionalidade do ordenamento vigente. Tudo, aliás, sem perda de contato com os pressupostos transcendentais ou filosóficos da experiência jurídica”. No mesmo sentido,

operador do Direito, até mesmo porque, como observa KNIJNIK, “se o *fato* não mais é *independente do direito*, nem pode ser construído com total abstração das categorias jurídicas, é sinal de que ele está a reclamar um instrumental jurídico de controle”¹².

Do mesmo modo, embora sob outra perspectiva, carece o Direito brasileiro de um estudo aprofundado no que diz respeito ao exercício estratégico da atividade inquiritória com o fito de desenvolver um manual teórico que aborde a *potencialidade* das perguntas formuladas para a extração de um relato completo e confiável do entrevistado, seja ele testemunha, parte, acusado, indiciado ou até mesmo informante, por meio de distintas formas, estruturas e representações. Enfim, um estudo que, atribuindo máxima importância à *retórica*, compreendida como ciência da argumentação forense¹³, combine conhecimentos jurídicos, linguísticos, psicológicos e técnicas de entrevista a fim de instruir e preparar o operador do Direito para a sua rotina *investigativa*.

Dentro desse contexto, recordando as lições de SILVA¹⁴, o presente estudo confere relevância ao *fato*, sem reduzi-lo metodologicamente ao *jurídico*, enfrentando a dimensão problemática inerente ao fenômeno jurídico. Cuida-se, ainda, de abordar conjuntamente *teoria* e *prática*, sem distinguir a “ciência dos sábios professores universitários e a dos ‘práticos’ forenses”¹⁵. Afinal, também como escreve SILVA, o papel da Universidade não é outro senão ser “fonte produtora de ‘cientistas’ do Direito, cuja única aptidão é servir de instrumento ao sistema”¹⁶. Assim sendo, as páginas que seguem não conservam outra finalidade exceto a de estabelecer um *instrumental jurídico de controle* apto a reduzir a discricção judicial na aplicação das normas interpretadas dos artigos 459 e 212 do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, respectivamente.

v. FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 92-103.

¹² KNIJNIK, Danilo. *A Prova nos Juízos Cível, Penal e Tributário*. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 6.

¹³ SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Processo e ideologia: o paradigma racionalista*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 36.

¹⁴ SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Processo e ideologia*, cit., p. 49.

Sem antecipar demasiado a pesquisa a ser empreendida adiante, parte-se da hipótese de que a dificuldade na aplicação das proibições de formulação de determinadas perguntas decorre de um problema de interpretação, de maneira que não basta ao intérprete questionar-se, em um dado contexto, “O que é uma pergunta que pode induzir a resposta?” ou “O que é uma pergunta capciosa?”, mas, sim, “Como identificá-la?”, buscando, a partir daí, uma alternativa ao pensamento (ou metodologia) que opera exclusivamente com a formação do conceito de tais perguntas proibidas.

Para tanto, recorre-se ao pensamento tipológico¹⁵ ou, de maneira mais específica, à catalogação de *tipos reais normativos* (chamados também de tipos empíricos) com o propósito de elaborar uma tipologia *doutrinária e exemplificativa* de perguntas proibidas nos processos civil e penal brasileiros que, além de poder ser aplicada com facilidade na prática jurídica pelos operadores do Direito, permita identificar, por meio de sucessivas comparações (entre o caso e os tipos ou entre os próprios tipos), as “perguntas que puderem induzir a resposta” e as “perguntas capciosas”, munindo os participantes da investigação dos fatos, sejam eles advogados, juízes, membros do Ministério Público ou até mesmo autoridades policiais, de pré-compreensões e competências essenciais para o exercício da atividade inquiritória e o controle das perguntas formuladas durante a inquirição sobre fatos.

Para a elaboração de uma tipologia de perguntas proibidas conforme pretendido, dividiu-se o trabalho em três partes ou, melhor, em três grandes capítulos que tratam, nessa ordem, dos *pressupostos teóricos* para a elaboração da tipologia, dos *instrumentos* que lhe dão suporte e permitem a sua aplicação e, por fim, da *elaboração* da tipologia propriamente dita,

¹⁵ SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Processo e ideologia*, cit., p. 41.

¹⁶ SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Processo e ideologia*, cit., p. 47.

¹⁷ Nas palavras de DERZI (Misabel de Abreu Machado. *Direito tributário, direito penal e tipo*. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 363-364. 1. ed. orig. publ. em: 1988) sobre a utilização do tipo ou da tipicidade na metodologia jurídica, “a tipicidade aparece como metodologia para a ciência que, através da comparação, se presta à análise dos institutos jurídicos, organizando-os em série tipológica, fluida e transitiva, adequada à característica compreensiva dessa ciência. A abertura peculiar do tipo ajusta-se como luva à concepção do direito, como um sistema aberto (nem acabado, nem rígido), por oposição ao método sistemático classificatório, de rígidos limites e notas firmemente assentadas”.

com a sua inserção no sistema processual brasileiro. Ao final de cada subcapítulo foram projetados *quadros sinóticos* que intentam basicamente retomar os principais pontos abordados no texto, expor as conclusões essenciais e facilitar a apreensão do quanto examinado. Na medida do possível, também foram utilizadas ilustrações para esclarecer os temas de maior relevância tratados ao longo do trabalho. Por conseguinte, se, de fato, como defende RADBRUCH, os tipos são um instrumento de ordenação científica do conhecimento que *une* os fenômenos analisados¹⁸, não seria outro o esforço do jurista que intenta elaborar uma tipologia senão o de *unir* teoria e prática em torno das perguntas proibidas, o que resulta, em grande medida, facilitado por meio dos recursos gráficos empregados.

Seguramente, a tarefa de elaborar uma tipologia de perguntas proibidas é árdua e de questionável êxito, associando-se, tudo bem visto e guardadas as devidas proporções, à ideia de um “Livro Absoluto”¹⁹, *i. e. infinita* não apenas de acordo com o seu conteúdo, dotado de inegável natureza empírica e de limitações epistêmicas, mas também em sua relação com o tempo, na medida em que a tipificação se trata de um trabalho que está sendo constantemente realizado na prática jurídica. De toda forma, sem recorrer à escusa drummondiana de que “[s]e meu verso não deu certo, foi seu ouvido que entortou”²⁰, julgará o leitor quanto do propósito desta dissertação foi atingido.

¹⁸ RADBRUCH, Gustav. Conceptos de clasificación y conceptos ordenadores en el pensamiento jurídico (*Klassenbegriffe und Ordnungsbegriffe im Rechtsdenken*). Tradução: Guzmán Dalbora. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*. n. 11 r. 3, p. 3. Public. orig.: *Revue internationale de la théorie du droit*, n. 12, 1938, pp. 46-54.

¹⁹ BLUMENBERG, Hans. *La leggibilità del mondo: il libro come metafora della natura* (*Die Lesbarkeit der Welt: suhrkamp taschenbuch wissenschaft*). Bologna: Il Mulino, 1984, p. 265-266.

²⁰ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova reunião: 23 livros de poesia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 39.

5 CONCLUSÃO

“Todas as frases do livro da vida, se lidas até o fim, terminam numa interrogação”¹²²⁰. Embora o aforismo escrito por PESSOA soe deveras categórico, parece resumir bem a conclusão a que se chega ao encerrar um trabalho que pretendeu investigar a específica limitação probatória de formulação de “perguntas que puderem induzir a resposta” e de “perguntas capciosas” prevista nos artigos 459 e 212 do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, respectivamente, e, a partir disso, elaborar uma tipologia de perguntas proibidas aplicável aos processos civil e penal brasileiros. Isso sucede não somente porque, ao estudar determinadas perguntas cuja formulação é proibida pela legislação, o trabalho deva efetivamente ter por princípio e por fim sentenças interrogativas. Mas também, e principalmente, pelas características do pensamento tipológico, que privilegia a concepção do Direito como um sistema aberto, *i. e.* inacabado e dúctil.

Uma tipologia representa uma metodologia e como tal deve ser encarada, com as suas limitações e os seus benefícios. Até mesmo por isso uma tipologia de perguntas proibidas não pretende ser — nem deve ser vista como — a derradeira solução para o controle das perguntas formuladas no âmbito da atividade inquiritória, conquanto tal “solução” só possa ser concebida dentro do espectro da dogmática jurídica e, ainda assim, de forma um tanto acrítica. A riqueza e a diversidade dos casos na vida real configuram uma totalidade jamais tipificável, impondo severas limitações epistêmicas ao pesquisador. Por outro lado, a tipologia é, e sempre será, um trabalho inacabado, constantemente realizado na prática jurídica, o que constitui precisamente a sua força e razão de ser. Assim, a tipologia principia e termina suscitando diversas perguntas e um sem número de provocações, sobretudo porque não impõe um padrão rívido de aplicação, mas, sim, *dialógico*, que demanda colaboração entre todos os

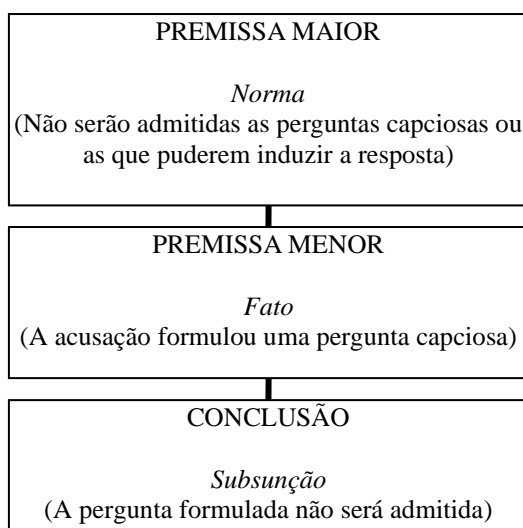
¹²²⁰ PESSOA, Fernando. *Aforismos e afins*. Edição e prefácio: Richard Zenith. Tradução: Manuela Rocha. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 30.

participantes da investigação dos fatos e o exercício de intenso contraditório pelas partes interessadas.

De todo modo, dizer que a pesquisa empreendida nas páginas anteriores termina numa interrogação não significa assumir que o trabalho sirva apenas para estimular provocações ao leitor. Senão justamente o contrário. Retomando as principais conclusões esboçadas ao longo do estudo, podem ser traçadas as seguintes considerações.

A compreensão de que o sistema processual brasileiro não admite a formulação de uma pergunta “que puder induzir a resposta” ou que for considerada “capciosa” impõe necessariamente que nos casos individuais haja um esforço de *determinação*, por meio do qual se saberá se os casos que estão sob apreciação — *i. e.* quando formulada uma pergunta pelo entrevistador — são os mesmos previstos pela norma que proíbe tais perguntas ou não. Essa determinação corresponde a um juízo de subsunção por meio do qual se torna possível *enquadrar* um caso individual à hipótese legal. Assim, o raciocínio jurídico para a aplicação das normas interpretadas dos artigos 459 e 212 do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, respectivamente, pode ser representado da seguinte maneira.

Figura 9 – Estrutura esquematizada do raciocínio jurídico das perguntas proibidas.



Ocorre que as premissas de tal raciocínio jurídico não são ofertadas ao operador do Direito de modo pré-confeccionado, ou seja, não são já dadas e pré-constituídas. O raciocínio jurídico não opera por meio de um simples silogismo porque a norma repousa no plano do dever-ser e a situação no plano da faticidade empírica. Daí que, antes de serem incluídas em um silogismo, a norma e a situação precisam ser *igualadas*, *i. e.* a situação formulada conceitualmente na hipótese legal deve ser colocada em relação com a situação concreta da vida real. A correspondência entre a norma e a situação da vida não sucede senão por meio da interpretação. Afinal, a interpretação fornece além do *material de confronto* para a subsunção, os *pontos de referência* para a comparação, operando tanto em torno da premissa menor quanto da premissa maior.

Ao analisar um caso individual, cumpre ao operador do Direito a tarefa de decidir sobre os *pontos de referência* para realizar a comparação e sobre o *material de confronto* para a subsunção. Tarefa que, à vista das expressões utilizadas pela legislação, parece configurar verdadeiro desafio. Afinal, o que se quer dizer com “perguntas que puderem induzir a resposta” ou, ainda, com “perguntas capciosas”? A partir desse *material de confronto* é que se poderá saber se a pergunta *v. g.* “O que você fez ontem à noite após esconder o corpo da vítima?” é capciosa ou, ao contrário, pode induzir a resposta. Ou se pode ser capciosa e, ao mesmo tempo, também induzir a resposta. Ou, ainda, se não é capciosa nem pode induzir a resposta. A depender da resposta que o jurista der, e após a subsunção, esse *novo material* (*v. g.* “a pergunta ‘O que você fez ontem à noite após esconder o corpo da vítima?’ é capciosa”) serve para a *comparação* com outros casos individuais à guisa de *ponto de referência*. Portanto, a aplicação das proibições de formulação de determinadas perguntas constitui um problema de classificação, de individuação ou, de modo ainda mais simples, de interpretação, na medida em que as expressões “As perguntas que puderem induzir a resposta não serão admitidas” ou “As perguntas capciosas não serão admitidas” são *vagas e ambíguas*.

Diante disso, percebe-se que não basta ao intérprete questionar, em um dado caso concreto, “O que é?” uma determinada pergunta, mas, sim, “Como identificá-la”, recorrendo-se, para tanto, ao pensamento tipológico com o propósito de elaborar uma tipologia de perguntas proibidas. A tipologia de perguntas proibidas interpretada dos artigos 459 e 212 do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, respectivamente, consiste em uma *tipologia doutrinária e exemplificativa dos tipos reais normativos* de perguntas indutivas e de perguntas capciosas e constitui-se de (I) um catálogo de tipos empíricos (II) fundado em diversos critérios eleitos (III) para um objetivo particular, (IV) subordinado a um conceito comum preenchido incompletamente, (V) tendo em vista finalidades (ou aplicações) práticas.

O *objetivo particular* de elaborar doutrinariamente uma tipologia subordinada ao *conceito* de perguntas proibidas é identificar, ainda que incompletamente, as “perguntas que puderem induzir a resposta” e as “perguntas capciosas” a que alude a legislação processual brasileira.

A *finalidade prática* de uma tipologia de perguntas proibidas é desenvolver um instrumental jurídico de controle apto a reduzir a discricão judicial na aplicação das normas interpretadas dos artigos 459 e 212 do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, respectivamente, que impõem *limitações probatórias de valor epistemológico* e são compreendidas como autênticas regras de *sobredireito processual*, aplicáveis em todas as circunstâncias nas quais ocorre uma atividade inquiratória (judicial ou extrajudicial), regulando o método (ou modo) pelo qual deve ser feita a investigação nos casos em que se verifica a “inquirição sobre fatos” (*fact inquiry*).

O *conceito* de perguntas proibidas para efeitos da tipologia engloba aquelas perguntas sobre fatos pertinentes que não abrem um espaço de possibilidades a ser preenchido pelo destinatário. Assim, somente devem ser consideradas proibidas as perguntas sintática, semântica ou pragmaticamente degeneradas, que não constituem *verdadeiras* perguntas. Uma

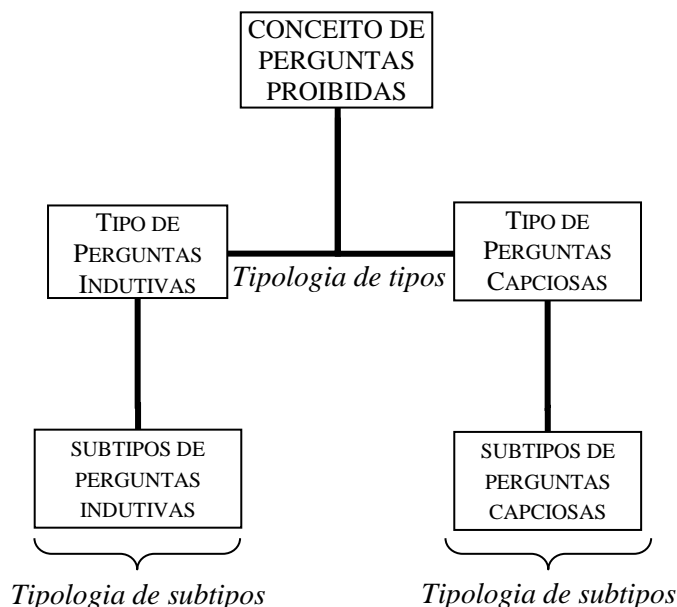
pergunta proibida pode ser definida como aquela que *sugere a específica resposta desejada ou pressupõe a verdade de um fato controverso no âmbito da atividade inquiratória*. Dito de outra forma, uma pergunta deve ser considerada proibida quando sugira qual deva ser a específica resposta ou contenha fatos os quais nas circunstâncias podem e devem se originar com o entrevistado, *i. e.* perguntas altamente sugestivas ou implicativas por pressuposição que colocam palavras na boca do entrevistado.

Por fim, o *critério* eleito para a fundação da tipologia de perguntas proibidas é o da sugestionabilidade interrogativa. Para que uma pergunta seja considerada proibida de acordo com o critério que funda a tipologia, não basta que a pergunta apresente meros *estímulos sugestivos* ou *pressuposicionais*. Além disso, deve haver algum tipo de aceitação do estímulo, *i. e.* a sugestão ou a pressuposição deve (poder) ser percebida pelo destinatário como plausível e crível, bem como o respondente deve emitir algum tipo de resposta comportamental ao estímulo. Afinal, os entrevistados só podem ser descritos como verdadeiramente *sugestionáveis* a uma determinada pergunta quando aceitam, verbalmente ou não, a sugestão ou a pressuposição oferecida.

Uma tipologia de perguntas proibidas extraída dos artigos de 459 e 212 do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, respectivamente, abarca, em essência, *dois tipos* de perguntas: as perguntas indutivas e as perguntas capciosas. As perguntas indutivas e as perguntas capciosas, como tipos, podem ser consideradas a *concretização* (ou especificação) do conceito geral abstrato de perguntas proibidas até o qual se chega por meio de sucessivas generalizações. Considerando que o conteúdo de um tipo pode ser ainda mais concretizado, dando lugar à formação de “tipos menores” que também especificam o conceito a que correspondem, os tipos de perguntas são especificados pelos *subtipos* de perguntas. Assim, tanto o tipo de perguntas indutivas como o tipo de perguntas capciosas englobam subtipos de perguntas que formam novas tipologias fundadas sob a eleição de novos critérios.

Com isso, a tipologia de perguntas proibidas se ramifica em *duas* novas tipologias de *subtipos*, uma correspondente ao tipo de perguntas indutivas e outra correspondente ao tipo de perguntas capciosas, configurando-se o seguinte fluxograma.

Figura 6 – Estrutura da tipologia de perguntas proibidas.



Uma tipologia de subtipos de perguntas indutivas é elaborada à semelhança da “escada da sugestividade” (*Stufenleiter der Suggestivität*) desenvolvida em 1903 por STERN, a qual varia das perguntas menos sugestivas até aquelas consideradas mais sugestivas e, por isso mesmo, indutivas. A tipologia de subtipos de perguntas indutivas tem por critério fundante a *sugestividade* — que não se confunde com a sugestionabilidade interrogativa, critério da tipologia de tipos de perguntas proibidas —, de modo que os subtipos são ordenados de acordo com o grau (baixo ou elevado) de sugestividade, permitindo o processo analógico que ocorre por meio da comparação da pergunta formulada com outros subtipos de perguntas indutivas e dos próprios subtipos entre si com fito de averiguar se uma determinada pergunta é indutiva ou não. Dessa forma, as perguntas indutivas, entendidas como uma categoria estrita de perguntas altamente sugestivas, são consideradas perguntas *sintática* ou *semanticamente*

degeneradas que *eliminam* as possibilidades espaciais e, conseqüentemente, não abrem um espaço de possibilidades a ser preenchido pelo destinatário.

Os sete subtipos de perguntas indutivas catalogados a fim de estabelecer uma relação análoga por meio da comparação de seu grau de sugestividade podem ser representados de acordo com a seguinte tabela.

Tabela 2 – Subtipos de perguntas indutivas.

Subtipo de pergunta	Identificação	Exemplo
<i>Requestion</i> (pergunta de competência)	Pergunta superficialmente o desejo ou a habilidade do entrevistado para responder a informação solicitada	Você pode nos contar o que sabe sobre a viagem da Luísa?
<i>Wh-question</i> (pergunta WH)	Envolve a busca por um valor adequado para uma variável ou para um conjunto de variáveis	Para onde vai a Luísa?
<i>Alternative question</i> (pergunta alternativa)	Apresenta alternativas expressas na própria pergunta que devem ser escolhidas pelo destinatário	A Luísa vai para São Paulo ou Rio de Janeiro?
<i>Standard yes/no question</i> (pergunta Y/N padrão)	Define um conjunto de duas respostas, aquela que tem o conteúdo proposicional expresso na pergunta e outra que é seu oposto polar	A Luísa vai para São Paulo?
<i>Negative yes/no question</i> (pergunta Y/N negativa)	Define um conjunto de duas respostas, aquela que tem o conteúdo proposicional (em sentido negativo) expresso na pergunta e outra que é seu oposto polar	A Luísa não vai para São Paulo?

	Possui forma semelhante a de uma <i>yes/no</i>	
<i>Declarative question</i> (pergunta declarativa)	<i>question</i> no português brasileiro, mas a entonação final crescente marca uma declaração	Então a Luísa (não) vai para São Paulo[?].
<i>Tag question</i> (pergunta de rotulagem)	É uma sentença declarativa com a adição de uma pergunta posterior que pretende confirmar a informação	A Luísa vai para São Paulo, não vai?

Ao contrário da tipologia de subtipos de perguntas indutivas fundada sob o critério da *sugestividade*, uma tipologia de subtipos de perguntas capciosas encontra seu fundamento no critério da *pressuposição pragmática*. Tal pressuposição pode ser melhor compreendida como inferências ou suposições pragmáticas construídas em expressões linguísticas e identificadas por meio de testes linguísticos específicos. De forma semelhante à sugestão, a pressuposição, compreendida também como um *estímulo*, não é por si só proibida pela legislação processual brasileira. A pressuposição é uma inferência pragmática de grande utilidade no desenvolvimento da atividade inquiratória ao tornar prescindível o restabelecimento de proposições sobre fatos já elucidadas na inquirição, ou seja, “fatos” de conhecimento manifestamente *prévio* de ambos os interlocutores.

Ocorre que no caso das pressuposições expressas nas perguntas capciosas, a pergunta carrega consigo um conhecimento que *não* é mutuamente compartilhado pelo entrevistador e pelo entrevistado, configurando-se, pois, como uma pressuposição *degenerada* que não visa atingir o estado de conhecimento mútuo de uma intenção comunicativa, mas, sim, *enganar* o destinatário por meio da formulação de uma pergunta com uma condição imposta. Por conseguinte, as perguntas capciosas são consideradas perguntas degeneradas, da mesma forma que as perguntas indutivas, na medida em que oriundas de pressuposições degeneradas, tornando-se, em virtude disso, perguntas *pragmaticamente* degeneradas.

Os subtipos de perguntas capciosas podem ser catalogados a partir dos *gatilhos pressuposicionais* (*presupposition-triggers*), *i. e.* expressões linguísticas contidas na estrutura superficial da sentença que *ativam* pressupostos. Dessa forma, é justamente a partir dos gatilhos pressuposicionais que se torna possível elaborar uma tipologia de perguntas capciosas por meio do catálogo de seis subtipos de perguntas, representados na tabela a seguir.

Tabela 3 – Subtipos de perguntas capciosas.

Subtipo de pergunta	Gatilho pressuposicional	Exemplo
Perguntas com descrições definidas	Sintagmas nominais que contenham uma descrição específica, geralmente enunciados após os verbos ver, perceber, constatar, notar, avistar	Você viu o assassino de jaqueta escura?
	Verbs que introduzem orações subordinadas que representam um fato pressuposto, <i>v. g.</i> compreender, saber, reconhecer, descobrir, sentir, lamentar, arrepender-se e alegrar-se	Você se arrepende de ter assassinado a vítima?
Perguntas com verbos implicativos (resultativos)	Verbs em que a ação expressa pressupõe uma ação anterior, <i>v. g.</i> conseguir, esquecer e evitar	Por que você não conseguiu estrangular a vítima?
Perguntas com verbos de mudança de estado (verbos aspectuais)	Verbs que expressam uma ação consistente na permanência ou na mudança de um estado anterior, <i>v. g.</i> deixar, continuar, começar, parar e passar	Você continua batendo em sua mulher?

	Elementos linguísticos que indicam o	Você reafirma sua
Perguntas com expressões	acontecimento anterior da ação manifestada	culpa?
iterativas	pelo verbo, v. g. de novo, novamente ou	Você afirma novamente
	verbos iniciados com o prefixo “re-”	sua culpa?
	Elementos linguísticos que expressam a	
Perguntas com expressões	ideia de tempo e, simultaneamente,	O homem entrou no
temporais	pressupõem a ocorrência de uma ação, v. g.	carro após efetuar os
	agora, ainda, após, depois de e antes de	disparos contra a vítima?

As tipologias de perguntas capciosas e de perguntas indutivas fornecem, por meio dos subtipos catalogados, justamente o material de confronto para a subsunção e os pontos de referência para a comparação, permitindo pôr em correspondência a norma proibitiva e a formulação de uma determinada pergunta no âmbito da atividade inquiritória, de sorte que a partir dos subtipos de perguntas indutivas e capcisas catalogados será possível, por meio de um raciocínio analógico, controlar as perguntas formuladas no âmbito da atividade inquiritória. Isso sucede porque a tipologia de perguntas proibidas, interpretada dos artigos 459 e 212 do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, respectivamente, sobretudo com seus critérios fundantes e com o conceito ao qual se subordina, fornece o *tertium comparationis* ou, de forma mais simples, a *similaridade relevante* para a realização da analogia. Os subtipos de perguntas catalogados integram, desse modo, as premissas que informam o raciocínio analógico, *i. e.* a fonte de comparação, e é a partir de suas características determinantes (e previamente determinadas) que a situação concreta, *i. e.* o alvo da comparação, consistente na pergunta formulada no âmbito da atividade inquiritória, pode ser objeto de controle pelo operador do Direito.

De pronto, é possível concluir que as *tag questions*, as *declarative questions* e as *negative yes/no questions* são subtipos previamente catalogados, *i. e.* fontes de comparação do

raciocínio analógico, considerados perguntas indutivas de acordo com a tipologia de perguntas proibidas. Por outro lado, as *requestions* e as *wh-questions* constituem subtipos previamente catalogados, *i. e.* fontes de comparação do raciocínio analógico, que *não* são considerados perguntas indutivas. Entretanto, nem todos os subtipos de perguntas indutivas e capciosas são capazes de, por si sós, colocar os padrões de características ordenados no catálogo em padrões de regras e, a partir daí, extrair uma conclusão analógica racionalmente segura.

As *standard yes/no questions* e as *alternative questions*, subtipos de perguntas indutivas, bem como todos os subtipos que compõem a *tipologia de perguntas capciosas*, não bastam para exercer o controle da aplicação das normas que proíbem a formulação de determinadas perguntas na atividade inquiritória, mostrando-se, pois, necessária a formação de cânones ou tópicos jurídicos, justificáveis a partir da proporcionalidade e da razoabilidade, que, conjuntamente à tipologia elaborada, fornecerão o fundamento suficiente para que se enuncie uma regra de garantia da analogia (abreviada para AWR, *i. e.* *analogy-warranting rule*).

Com base no teste geral da proporcionalidade, é possível dizer que a completa proibição de formular *standard yes/no questions* e *alternative questions* no âmbito da atividade inquiritória é *desproporcional* porque, embora seja uma medida adequada e proporcional em sentido estrito, constitui uma medida interventiva *desnecessária*. A necessidade permite acesso ao caminho que conduz até a elaboração do tópico jurídico aplicável. Portanto, pode-se exprimir que as *standard yes/no questions* e as *alternative questions* deverão ser consideradas perguntas indutivas quando formuladas a respeito de um assunto específico ou especificável que (I) ainda não foi objeto do relato fornecido pelo entrevistado nem (II) de uma pergunta menos sugestiva (*wh-question* ou *requestion*).

Por sua vez, com base no teste da razoabilidade, é possível dizer que a proibição de formulação de determinadas perguntas somente porque elas contenham, em sua estrutura, algum gatilho pressuposicional resulta insuportável na prática jurídica, de maneira que, *a contrario sensu*, a aplicação da tipologia de perguntas capciosas deve ser feita com razoabilidade. Portanto, pode-se exprimir que a totalidade dos subtipos de perguntas capciosas catalogados por meio dos gatilhos pressuposicionais deverão ser considerados perguntas capciosas somente, e tão somente, quando a presunção de normalidade que opera em favor da pressuposição genuína for afastada pela demonstração de que o conhecimento veiculado na proposição que expressa a pressuposição *não* é mutuamente compartilhado pelo entrevistado no contexto da inquirição sobre fatos. Em consequência disso, além de (I) identificar o subtipo de pergunta capciosa, será preciso, a fim de superar a presunção de normalidade vigente em favor da pressuposição genuína, apontar, (II) por intermédio do teste da constância sob negação, a proposição que expressa a pressuposição em todas as possibilidades no espaço de possibilidades apresentado pela pergunta e, por fim, (III) demonstrar que essa proposição não veicula um conhecimento mutuamente compartilhado no contexto da atividade inquiritória.

Após a formação de tópicos jurídicos que complementem a tipologia de perguntas proibidas previamente elaborada, é possível efetuar um *checklist* ou um *passo a passo* para sistematizar as questões inerentes ao exercício de controle sobre as perguntas formuladas e, ao mesmo tempo, permitir acesso aos instrumentos argumentativos para o exercício do contraditório, sintetizando tudo quanto examinado a partir da elaboração de uma tipologia de perguntas proibidas interpretada dos artigos 459 e 212 do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, respectivamente, nas seguintes alíneas:

- a) verificação da *pertinência* da pergunta formulada, *i. e.* da relação com as questões de fato objeto da atividade probatória, e da inexistência de *repetição* em relação à outra pergunta já respondida (artigo 459, *caput* e § 2º, CPC, e artigo 212, *caput*, CPP; no interrogatório do acusado, artigos 187, §§ 1º e 2º, e 188, CPP), que constituem limitações ao *conteúdo* da pergunta e, por conseguinte, *questões prévias e prejudiciais* à aplicação da tipologia de perguntas proibidas;
- b) se a pergunta formulada for *pertinente* e não importar *repetição* de outra já respondida, realizar a comparação entre a pergunta formulada no âmbito da atividade inquiratória (alvo) e os subtipos de perguntas indutivas e capciosas catalogados (fontes);
- c) identificação do(s) subtipo(s) de pergunta(s) (indutiva e/ou capciosa) a ser(em) utilizado(s) como fonte de comparação do raciocínio analógico:
- se a pergunta formulada tiver por fonte de comparação as *tag questions*, *declarative questions*, *negative yes/no questions*, *wh-questions* ou *requestions*, a própria tipologia de perguntas indutivas fornece garantia suficiente sobre a propriedade da qual não se tem certeza (ser *indutiva* ou não);
 - se a pergunta formulada tiver por fonte de comparação as *standard yes/no questions* ou as *alternative questions*, será preciso investigar se formulada a respeito de um assunto específico ou especificável que ainda não foi objeto do relato fornecido pelo entrevistado *nem* de uma

pergunta menos sugestiva (*i. e.* de uma *wh-question* ou de uma *requestion*) para obter razão suficiente sobre a propriedade da qual não se tem certeza (ser *indutiva* ou não);

– se a pergunta formulada tiver por fonte de comparação qualquer subtipo de perguntas capciosas, *i. e.* *perguntas com descrições definidas, com verbos factivos, com verbos implicativos, com verbos de mudança de estado, com expressões iterativas ou com expressões temporais*, será preciso investigar se a presunção de normalidade que opera em favor da pressuposição genuína pode ser afastada pela demonstração de que o conhecimento veiculado na proposição que expressa a pressuposição não é mutuamente compartilhado pelo entrevistado no contexto da inquirição sobre fatos para obter razão suficiente sobre a propriedade da qual não se tem certeza (ser *capciosa* ou não).

- d) extração da *conclusão analógica* (*i. e.* da similaridade adicional) por meio da qual se pode dizer, de forma suficientemente provável, que a pergunta formulada no âmbito da atividade inquiritória é *capciosa* e/ou *indutiva*;
- e) inserção da conclusão analógica na *premissa menor* de um juízo de subsunção por meio do qual se torna possível enquadrar o caso individual à hipótese legal para a aplicação das normas extraídas dos artigos 459 e 212 do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, respectivamente, com a consequência jurídica daí decorrente (admissão/inadmissão da pergunta formulada ou inutilizabilidade da prova produzida).

O *checklist* organiza o raciocínio a ser empreendido pelo operador do Direito no controle das perguntas formuladas no âmbito da atividade inquiratória, racionalizando a prática e permitindo o manejo de argumentos a favor da admissão ou da inadmissão da pergunta formulada. Por certo, aspecto final a ser considerado, uma pergunta poderá ser, ao mesmo tempo, capciosa e indutiva, na medida em que o pensamento tipológico não opera por meio do “tudo ou nada” característico dos conceitos abstratamente definidos, traçando fronteiras fluidas entre os tipos de perguntas indutivas e capciosas por meio de uma relação de correspondência ou coordenação a fim de atribuir sentido a diferentes complexos de regulação.

Tudo bem visto, a tipologia de perguntas proibidas não é senão um instrumento que, de ora em diante, coloca-se à disposição do operador do Direito, envolvendo todos os participantes da investigação dos fatos no controle das perguntas proibidas formuladas durante a atividade inquiratória, sob pena de ser declarada a *inutilizabilidade* da prova ilicitamente produzida por meio da formulação de perguntas indutivas e/ou capciosas, *i. e.* a proibição de sua *admissão* e de sua *valoração* pelo órgão judicial, conforme preceituam o artigo 157, *caput*, do Código de Processo Penal e o artigo 5º, *caput*, inciso LVI, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Construção dogmática em terra inóspita e infensa ao exercício de qualquer controle, a tipologia de perguntas proibidas exige uma mudança de postura diversa da habitual passividade que domina a atuação dos participantes da investigação dos fatos, com a possibilidade de que as partes (ou indiciados), os advogados e os membros do Ministério Público apresentem *impugnações instantâneas* ou *diferidas* à (in)admissão ou à própria formulação da pergunta com o fito de auxiliar no controle das perguntas proibidas no âmbito da atividade inquiratória. Do mesmo modo, a tipologia também reivindica uma mudança de

postura das Cortes que analisam a prova resultante da inquirição após a interposição do *recurso cabível* ou a impetração de *remédio constitucional* e que, em suas decisões, têm perpetuado uma censurável tolerância à formulação de perguntas proibidas.

Por conseguinte, se, de fato, ao contrário de Davi que derrubou Golias com a sua funda, o operador do Direito não detinha sequer um cascalho para argumentar contra as perguntas indutivas e/ou capciosas, conforme concluído após percorrer-se mais de 400 anos de história do processo brasileiro¹²²¹, a tipologia de perguntas proibidas fornece justamente a pedra de que tanto carecia para o exercício do contraditório e o efetivo controle das perguntas formuladas no âmbito da atividade inquiratória.

Enfim, “no meio do caminho tinha uma pedra”¹²²². Cabe agora descobrir se o leitor fará dessa pedra sua fortuna ou um infortúnio.

¹²²¹ Sobre isso, v. *supra* item 2.1.8 deste trabalho.

¹²²² ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia poética*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 237.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Sally; HICKS, Wynford. *Interviewing for journalists*. 2. ed. New York: Routledge, 2009. 1. ed. orig. publ. em: 2001.

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado. Recurso especial: questão de ordem pública: prequestionamento. *Revista de Processo*, v. 132, n. 31, pp. 273-287, fev. 2006. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/16749>>. Acesso em: 07 out. 2018.

ALEMANHA. *Strafprozeßordnung*. Tradução para o inglês: Brian Duffett e Monika Ebinger. Disponível em: <https://www.gesetze-im-internet.de/englisch_stpo/englisch_stpo.html#p1126>. Acesso em: 17 mai. 2018.

ALEMANHA. *Zivilprozessordnung*. Tradução para o inglês: Carmen von Schöning. Disponível em: <https://www.gesetze-im-internet.de/englisch_zpo/englisch_zpo.html>. Acesso em: 17 mai. 2018.

ALFLEN, Kelly Susane. *Hermenêutica Jurídica e Concretização Judicial*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2000.

ALFLEN, Pablo Rodrigo. A função de garantia da lei penal: considerações acerca do princípio da legalidade. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 38, n. 150, abr-jun. 2001.

ALLPORT, G. W. The historical background of social psychology. In: LINDZEY, G.; ARONSON, E. (eds.). *The handbook of social psychology*. v. 1. 3. ed. New York: Random House, 1985, pp. 1-46.

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. Inquirição de testemunhas. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, v. 3, 1895.

ALMEIDA JÚNIOR, Joao Mendes de. *O processo criminal brasileiro*. 3. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Typ. Batista de Souza, 1920. 1. ed. orig. publ. em: 1901.

ALMEIDA JÚNIOR, Joao Mendes de. *O processo criminal brasileiro*. 4. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

ALMEIDA, Cândido Mendes (org.). *Codigo Philippino*: Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. livro 1. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870.

ALMEIDA, Cândido Mendes (org.). *Codigo Philippino*: Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. livro 3. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870.

ALMEIDA, Cândido Mendes (org.). *Código Philippino: Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. livro 5.* Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870.

ALMEIDA, J. C. M. de. *A contrariedade na instrução criminal.* Universidade de São Paulo, São Paulo, 1937.

ALMEIDA, J. C. M. de. Ainda o direito de defesa no inquerito policial. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 87, n. 753, jul. 1998, pp. 755-767.

ALMEIDA, J. C. M. de. O direito de defesa no inquérito policial. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, v. 52, 1957.

ALTAVILLA, Enrico. *Psicologia Judiciária.* Tradução: Fernando de Miranda. v. 1. São Paulo: Saraiva, 1945.

ALTAVILLA, Enrico. *Psicologia Judiciária.* Tradução: Fernando de Miranda. v. 2. 3. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1982.

ALVAREZ, Alejandro. *Interpretação do Direito e Equidade.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

ALVES, José Wanderley Bezerra. *Comissões Parlamentares de Inquérito: poderes e limites de atuação.* Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2004.

ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil: processo de conhecimento.* v. 2. 10. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

AMARAL, Guilherme Rizzo. *Comentários às alterações do novo CPC.* 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

AMARAL, Paulo Osternack. *Provas: atipicidade, liberdade e instrumentalidade.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

AMBOS, Kai. Las prohibiciones de utilización de pruebas en el proceso penal alemán: fundamentación teórica y sistematización. *Política Criminal*, v. 4, n. 7, Julio 2009.

AMBROSINI, Roberto. *La Prova Testimoniale Civile.* Milano: IPSOA, 2006.

ANDERSON, Terence; SCHUM, David; TWINING, William. *Analysis of Evidence: Law in Context.* 2. ed. Cambridge-New York: Cambridge University Press, 2005.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia poética.* 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Confissões de Minas.* 1. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova reunião: 23 livros de poesia.* 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *José*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Manuel da Costa. *Sobre as proibições de prova no processo penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

APRILE, Ercole; SILVESTRI, Pietro. *Il giudizio dibattimentale*. Milano: Giuffrè, 2006.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Consolidação do processo criminal do Brasil*. Rio de Janeiro: A. A. da Cruz Coutinho, 1876.

ARMANI, Flair Carlos de Oliveira. Liberdade subjetiva da prova testemunhal e reperguntas. *Revista Justitia*: A Revista do Ministério Público de São Paulo, São Paulo, 1969. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/3x0wad.pdf>>. Acesso em: fev. 2018.

ARTHUR, Diane. *Recruiting, interviewing, selecting & orienting new employees*. 4. ed. New York: AMACOM, 2006.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *A Tipicidade dos Direitos Reais*. Lisboa: Petrony, 1968.

ASSIS, Araken de. *Manual dos recursos*. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ASSIS, Araken de. *Processo Civil Brasileiro*. v. 3. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 17. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

ATIENZA, Manuel. *Las razones del Derecho*: teorías de la argumentación jurídica. 2. reimp. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer (How to do things with words)*. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 1. ed. orig. publ. em: 1962.

ÁVILA, Humberto Bergmann. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 215, jan-mar. 1999.

ÁVILA, Humberto Bergmann. *Teoria dos princípios*. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo penal*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BADARÓ, Gustavo Henrique. Limites aos poderes investigatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito. *Boletim Ibccrim*, v. 7, n. 83, out. 1999.

BADARÓ, Gustavo Henrique. *Manual dos recursos penais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

BADARÓ, Gustavo Henrique. Editorial dossiê “Prova penal: fundamentos epistemológicos e jurídicos”. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan-abr. 2018.

BALLARDIN, Maria da Graça. *A entrevista investigativa e o policial entrevistador*. 2010. 93 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)—Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BAPTISTA, Francisco de Paula. *Compendio de theoria e pratica do processo civil comparado com o commercial, para uso das faculdades de direito do Imperio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Em casa dos editores Pinto e Waldemar, 1857.

BARAK, Aharon. *Proportionality: Constitutional Rights and Their Limitations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BARROS, Caio Sérgio Paz de. *O contraditório na CPI e no inquérito policial*. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

BARROS, Manoel de. *O guardador de águas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BARROSO, Luis Roberto. Comissões Parlamentares de Inquérito e suas Competências: política, direito e devido processo legal. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 12, 2008.

BARROSO, Luis Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BARZOTTO, Luis Fernando. *O positivismo jurídico contemporâneo: uma introdução a Kelsen, Ross e Hart*. 2. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

BECCARIA, Cesare Bonesana. *Dos delitos e das penas*. Tradução: J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BECKMAN, Sydney A. Witness Response Manipulation Through Strategic “Nonleading” Questions (Or The Art Of Getting The Desired Answer By Asking The Right Question). *Southwestern Law Review*, v. 43, n. 1, 2013.

BELING, Ernst; AMBOS, Kai; GUERRERO, Oscar Julián. *Las prohibiciones probatorias*. Bogotá: Temis, 2009.

BENTHAM, Jeremy. An Introductory View of the Rationale of Evidence for the Use of Lawyers as well as Non-lawyers. In: BOWRING, John (ed.). *The works of Jeremy Bentham*. v. 6. Edinburgh: W. Tait, 1843. 1. ed. original publ. em: 1810.

BINET, Alfred. La science du témoignage (1905). *Hermès, La Revue*, 1989, v. 2, n. 5-6, pp. 125-131.

BINET, Alfred. *La suggestibilité*. Paris: Schleicher, 1900.

BLACK, Inge Sebyan; YESCHKE, Charles L. *The Art of Investigative Interviewing*. 3. ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2014. 1. ed. orig. publ. em: 1997.

BLOCH, Marc. Leopold Benjamin (1886-1944). *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Prefácio: Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz Schwarcz. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 1. ed. orig. publ. em: 1949.

BLUMENBERG, Hans. *La leggibilità del mondo: il libro come metafora della natura (Die Lesbarkeit der Welt: suhrkamp taschenbuch wissenschaft)*. Bologna: Il Mulino, 1984.

BOBBIO, Norberto. *L'analogia nella logica del diritto*. Torino: Istituto giuridico della R. Università di Torino, 1938.

BOLINGER, Dwight. Yes—No Questions Are Not Alternative Questions. In: HIZ, H. (ed.) *Questions*. Dordrecht: Springer, 1978, pp. 87-105.

BONFIM, Edison Mougenot. *Código de processo penal anotado*. 4. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas*. 14. ed. Edição: Carlos V. Frías. Buenos Aires: Emecé Editores, 1974.

BRASIL. Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional n. 17*, de 28 de maio de 1992. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?datSessao=27/05/1992&tipDiario=2&paginaDireta=68>>. Acesso em: 08 set. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Notas Taquigráficas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito P.C. Farias*: Reunião de 09/06/1992 – Depoente: Sr. Paulo César Cavalcante Farias. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/arquivos?ap=2624&codcol=1396>>. Acesso em: 08 set. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento n. 52/92-CN*, aprovado em 26 de agosto de 1992. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4804756&disposition=inline>>. Acesso em: 08 set. 2018.

BRASIL. Exposição de Motivos do Decreto-Lei n. 1.608, de 18 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil de 1939). *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1608-18-setembro-1939-411638-norma-pe.html>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BRASIL. Exposição de Motivos do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal de 1939). *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3689-3-outubro-1941-322206-exposicaodemotivos-149193-pe.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018).

BRASIL. Ministério Público Federal. *Caso Lava Jato*. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato>>. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Resolução n. 101*, de 1992. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=564156&id=14256225&idBinario=15648144&mime=application/rtf>>. Acesso em: 08 set. 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Suplemento ao Diário do Senado Federal n. 163*, de 1º de outubro de 1992. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=01/10/1992&paginaDireta=00001&indSuplemento=Sim>>. Acesso em: 08 set. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. *Resolução n. 203*, de 15 de março de 2016. Edita a Instrução Normativa n. 39, que dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva. Tribunal Pleno. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/10157/429ac88e-9b78-41e5-ae28-2a5f8a27f1fe>>. Acesso em: 26 set. 2018.

BRASIL. Juízo Federal da 13ª Vara Federal de Curitiba. *Ação Penal 5046512-94.2016.4.04.7000*. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Luiz Inácio Lula da Silva. Data de autuação: 14/09/2016.

BRASIL. Juízo Federal da 13ª Vara Federal de Curitiba. *Ação Penal 5026212-82.2014.4.04.7000*. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Alberto Youssef. Réu: Paulo Roberto Costa. Data de autuação: 24/04/2014.

BRASIL. Juízo Federal da 13ª Vara Federal de Curitiba. *Ação Penal 5036528-23.2015.4.04.7000*. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Marcelo Bahia Odebrecht. Data de autuação: 24/07/2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Petição 5.209/DF*. Relator(a): Min. Teori Zavascki, julgado em 29/09/2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Petição 5.244/DF*. Relator(a): Min. Teori Zavascki, julgado em 19/12/2014.

BRASIL. Juízo da 17ª Vara do Trabalho de Curitiba. *Reclamação Trabalhista 0001564-39.2014.5.09.0651*. Data de autuação: 19/08/2014.

BREWER, Logocratic method and the analysis of arguments in evidence. *Law, Probability and Risk*, Oxford University Press, v. 10, n. 3, September 2011.

BREWER, Scott. Exemplary Reasoning: Semantics, Pragmatics, and the Rational Force of Legal Argument by Analogy. *Harvard Law Review*, v. 109, n. 5, Mar. 1996.

BROUN, Kenneth S. ET AL. *McCormick on Evidence*. 7. ed. St. Paul: West Publishing, 2013.

BROŻEK, Bartosz. Analogy in Legal Discourse. *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie*, v. 94, n. 2, 2008.

BUENO, Cassio Scarpinella. *A nova Lei do mandado de segurança*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Projetos do Novo Código de Processo Civil comparados e anotados*. São Paulo: Saraiva, 2014.

BUENO, José Antonio Pimenta, Marquês de São Vicente. *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro*. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diario, 1857.

BUENO, José Antonio Pimenta, Marquês de São Vicente. *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro*. 4. ed. Annotada pelo Dr. Vicente Ferrer de Barros W. Araujo. Lisboa: A. M. Teixeira, 1910.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. Tópica e argumentação jurídica. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 41, n. 163, jul-set. 2004.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. *Ordem pública processual*. 1. ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2015.

CAIANI, Luigi. Analogia: (teoria generale). In: *Enciclopedia del diritto*, v. 2. Milano: Giuffrè, 1958.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. 1. ed. Tradução: Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 1. ed. original publ. em: 1988.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

CAMPOS, Francisco. Comissão Parlamentar de Inquérito – Poderes do Congresso – Direitos e Garantias Individuais – Exibição de Papéis Privados. *Revista de Direito Administrativo*, v. 67, 1962.

CAPPELLETTI, Mauro. *La testimonianza della parte nel sistema dell'oralità*: contributo alla teoria della utilizzazione probatoria del sapere delle parti nel processo civile. v. 1. 1. ed. Milano: Giuffrè, 1962.

CARDOSO, Oscar Valente. Direct examination e cross-examination no processo civil brasileiro. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 75, jun. 2009.

CARNELUTTI, Francesco. La critica della testimonianza. *Riv. Dir. Proc. Civ.*, v. 1, 1929.

CARNELUTTI, Francesco. *La prova civile*. 2. ed. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1947.

CARRIÓ, Genaro. *Notas sobre Derecho y Lenguaje*. 3. ed. aumentada. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1986. 1. ed. orig. publ. em: 1965.

CARVALHO, Affonso José de. *Inquirição cível*. São Paulo: Saraiva, 1924.

CARVALHO, Alberto Antonio de Moraes. *Praxe forense, ou, Directorio práctico do processo civil brasileiro conforme a actual legislação do Imperio*. t. 1. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1850.

CASSIRER, Ernst. *The Problem of Knowledge: Philosophy, Science, and History Since Hegel*. Tradução: William H. Woglom e Charles W. Hendel. New Haven: Yale University Press, 1969. 1. ed. orig. publ. em: 1906.

COMPARATO, Fábio Konder. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, n. 10, jul-set. 1995.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Agência CNJ de Notícias*. Sistema de gravação de audiências do PR será expandido para o resto do país. Publ. em: 03 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80040-sistema-de-gravacao-de-audiencias-do-pr-sera-expandido-para-o-resto-do-pais>>. Acesso em: 25 set. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *PJe Mídias*. Disponível em: <<http://midias.pje.jus.br>>. Acesso em: 25 set. 2018.

CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. *Da boa fé no Direito Civil*. Coimbra: Almedina, 5. reimp., 2013.

CORDEIRO, Antonio Manuel da Rocha e Menezes. *Litigância de Má Fé, Abuso do Direito de Acção E Culpa "in Agendo"*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2011.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. *Direito processual constitucional*. São Paulo, Saraiva, 1998.

COSTALUNGA, Danilo Alejandro Mogroni. A Teoria das nulidades e o sobredireito processual. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 136, out-dez. 1997.

COULEHAN, John; BLOCK, Marian. *The medical interview: mastering skills for clinical practice*. 5. ed. Philadelphia: F. A. Davis Company, 2006. 1. ed. orig. publ. em: 1983.

DALLAGNOL, Deltan Martinazzo. *As lógicas das provas no processo: prova direta, indícios e presunções*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

DALLAGNOL, Deltan Martinazzo. Corrupção policial. In: DALLAGNOL, Deltan Martinazzo; CHEKER, Monique; SALGADO, Daniel de Resende (coord.). *Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público*. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2013.

DALLAGNOL, Deltan Martinazzo. Tipologias de lavagem. In: CARLI, Carla Veríssimo de (org.). *Lavagem de dinheiro: prevenção e controle penal*. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

DAMAŠKA, Mirjan. *Evidence Law Adrift*. New Haven-London: Yale University Press, 1997.

DAMAŠKA, Mirjan. *The Faces of Justice and State Authority*. New Haven and London: Yale University Press, 1986.

DAMAŠKA, Mirjan. The Uncertain Fate of Evidentiary Transplants: Anglo-American and Continental Experiments. *American Journal of Comparative Law*, v. 45, n. 4, 1997.

DANET, Brenda. Language in the Legal Process. *Law & Society Review* 4/3, 1980.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. *Direito processual constitucional*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

DENEGER, Wilhelm. §136a StPO und die Aussagefreiheit des Beschuldigten. *Goltdammer's Archiv für Strafrecht*, n. 10, out. 1992.

DENROCHE, G. Stephen. Leading questions. *The Criminal Law Quarterly*, v. 21, 1963-1964.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. *Direito tributário, direito penal e tipo*. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 1. ed. orig. publ. em: 1988.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. Tipo ou conceito no Direito Tributário?. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, v. 31, 1987-1988.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. *Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, teoria do precedente, decisão judicial, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela*. 9. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2014.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: Teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela*. v. 2. 12. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil: o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal*. v. 3. 14. ed. reform. Salvador: JusPodivm, 2017.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. *Teoria geral dos direitos fundamentais*. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014.

DINAMARCO. Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. v. 3. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009.

DODIER, Olivier; DENAULT, Vincent. The Griffiths Question Map: A Forensic Tool For Expert Witnesses' Assessments of Witnesses' Statements. *Journal of Forensic Sciences*, v. 63, n. 1, January 2018.

DONÀ, Gaetano. *La Testimonianza: Nel Fatto Comune e Nella Vicenda Giudiziaria*, 1. ed. Torino: Fratelli Bocca, 1923.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 1. ed. orig. publ. em: jul. 1993.

EDENBOROUGH, Robert. *Effective Interviewing: A Handbook of Skills, Techniques and Applications*. 2. ed. London: Kogan Page, 2002.

EDINGER, Carlos. Perguntas sugestivas, verdade e contraditório. *Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal - UFRGS*. Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2014.

EHRHARDT, Charles; YOUNG, Stephanie. Using leading questions during direct examination. *Florida State University Law Review*, v. 23, Fall 1995.

EMSON, Raymond. *Evidence*. 3. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. Tradução: João Baptista Machado. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ENGISCH, Karl. *La idea de concrecion en el derecho y en la ciencia juridica actuales*. Estudo preliminar e tradução: Juan Jose Gil Cremades. Pamplona: Universidad de Navarra, 1968.

ESPANHA. *Ley de Enjuiciamiento Civil*. Ley 1/2000, de 7 de enero, de Enjuiciamiento Civil. Boletín Oficial del Estado. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2000-323>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

ESPANHA. *Ley de Enjuiciamiento Criminal*. Real Decreto de 14 de septiembre de 1882 por el que se aprueba la Ley de Enjuiciamiento Criminal. Boletín Oficial del Estado. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1882-6036>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. *Código de processo penal brasileiro anotado*. 5. ed. atual. v. 3. Rio de Janeiro: Borsoi, 1960-1962.

FERRARO, Eugene F. *Investigative Interviewing: Psychology, Method, and Practice*. Boca Raton: CRC Press, 2015.

FERRARO, Felipe Waquil. *A prova testemunhal: uma distinção entre os sistemas do Civil Law e do Common Law*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Função social da dogmática jurídica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal: expendida na forma da praxe observada neste nosso reyno de portugal, e illustrada com muitas ordenações, leys extravagantes, regimentos, e doutores, e em quatro tomos destribuida, muito util, e necessaria a todos os ministros, e officiaes de justiça, advogados, e pessoas, que julgão, como tambem, a todas as mais que tratão em juízo (sic)*. t. II. Porto: Na Officina de Antonio Alves Rybeyro Guimaraens, 1767.

FERRER BELTRÁN, Jordi. *Prueba y verdad en el Derecho*. Prólogo: Michele Taruffo. 2. ed. Madrid: Marcial Pons, 2005.

FINANCIAL ACTION TASK FORCE – FATF. *Money Laundering & Terrorist Financing Typologies 2004-2005* (FATF-XVI).

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

FISHER, Ronald; GEISELMAN, Edward. *Memory enhancing techniques for investigative interviewing: the cognitive interview*. Springfield: Charles C. Thomas Publisher, 1992.

FISHER, Ronald; PEREZ, Valerie. Memory-enhancing Techniques for Interviewing Crime Suspects. In: CHRISTIANSON, Sven Å. *Offenders' Memories of Violent Crimes*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 2007, pp. 329-354.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Leia e ouça trechos do depoimento de Alberto Youssef à Justiça*. Publ. em: 09 out. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1529959-veja-trechos-do-depoimento-de-alberto-youssef.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2018.

FRADE, Celina. Cross-examination: aspectos genérico-discursivos. *Caderno de Letras (UFRJ)*, n. 26, jun. 2010.

FREIRE, Bruno. A aplicação subsidiária e supletiva do processo comum. In: COLNAGO, Lorena de Mello Rezende; NAHAS, Thereza Christina (coord.). *Processo do trabalho atual: aplicação dos enunciados do Fórum Nacional e da instrução normativa do TST*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1977. 1. ed. orig. publ. em: 1960.

GARCÍA, Maria Francisca Zapata. *La prueba ilícita*. Santiago: LexisNexis, 2004.

GARNER, Bryan A. (Ed.). *Black's Law Dictionary*. 9. ed. St. Paul: West Pub. Co., 2009.

GASCÓN, Marina. *Los hechos en el Derecho: Bases argumentales de la prueba*. 2. ed. Madrid: Marcial Pons, 2004. 1. ed. orig. publ. em: 1999.

GASPAR, Alfredo. *Instituições da Retórica Forense: com um apêndice sobre A Arte de Perguntar*. Coimbra: Minerva, 1998.

GEISELMAN, Edward. The Cognitive Interview for Suspects (CIS). *American Journal of Forensic Psychology*, v. 30, n. 3, 2012, pp. 1-13.

GESU, Cristina Di. *Prova Penal e Falsas Memórias*. 2. ed. ampl. e rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

GHEORGHU, V. A.; NETTER, P.; EYSENCK H. J.; ROSENTHAL R. (eds.). *Suggestion and Suggestibility: Theory and Research*. Berlim-Heidelberg: Springer, 1989.

GIACOMUZZI, José Guilherme. Desmistificando os “princípios jurídicos” de Ronald Dworkin. *Novos Estudos Jurídicos*, v. 19, n. 1, 2014.

GILLHAM, Bill. *Research Interviewing: The Range of Techniques*. New York: Open University Press, 2005.

GILLHAM, Bill. *The Research Interview*. New York-London: Continuum, 2000.

GIULIANI, Alessandro. Prova. In: *Enciclopedia del diritto*. v. 37. Milano: Giuffrè, 1988.

GLESS, Sabine. Germany: Balancing Truth Against Protected Constitutional Interests. In: THAMAN, Stephen C. (ed.). *Exclusionary Rules in Comparative Law*. Dordrecht, Heidelberg, New York and London: Springer, 2013.

GOMES, Alexandre Caetano. *Manual prático, judicial, civil e criminal*: em que se descrevem recopiladamente os modos de processar em hum e outro juízo, acções summarias, ordinarias, execuções, agravos e apelações; a que acrescem acções de embargos à primeira, arrematações de real por real, acções in factum, e huma observação sobre as revistas das sentenças finaes (*sic*). Lisboa: Na Oficina de Caetano Ferreira da Costa, 1766.

GOMES, Rodrigo Carneiro. Inquérito Policial. *Revista dos Tribunais*, v. 852, out. 2006, pp. 732-742.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Notas sobre a terminologia da prova (reflexos no processo penal brasileiro). In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de. *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2005.

GORPHE, François. *La critica del testimonio*. Tradução: Mariano Ruiz-Funes. Madrid: Editorial Reus, 1933. 1. ed. orig. publ. em: 1924.

GÖSSEL, Karl Heinz. *El Derecho Procesal Penal en el Estado de Derecho*. t. I. 1. ed. Direção: Edgardo Alberto Donna. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2007.

GRECO FILHO, Vicente. *Manual de processo penal*. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

GRECO, Leonardo. Os atos de disposição processual: primeiras reflexões. *Revista Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, v. 04, n. 1, 2011.

GRIFFITHS, Andy; MILNE, Becky. Will it all end in tiers? Police interviews with suspects in Britain. In: WILLIAMSON, Tom (ed.). *Investigative Interviewing: Rights, research and regulation*. Cullompton: Willan Publishing, 2006.

GRIFFITHS, Andy; MILNE, Becky; CHERRYMAN, Julie. A question of control? The formulation of suspect and witness interview question strategies by advanced interviewers. *International Journal of Police Science and Management*, v. 13, n. 3, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Liberdades públicas e processo penal*: as interceptações telefônicas. 2. ed., atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Antecipação de tutela no inquérito civil à luz das garantias constitucionais fundamentais do contraditório e da prova “inequívoca”. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, n. 8, 2010.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Do direito de defesa em inquérito administrativo. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 183, jan-mar. 1991, pp. 9-18.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O interrogatório como meio de defesa (Lei 10.792/2003). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 13, n. 53, mar-abr. 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. *As nulidades no processo penal*. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. *Recursos no processo penal: teoria geral dos recursos, recursos em espécie, ações de impugnação, reclamação aos tribunais*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GUASTINI, Riccardo. *Interpretare e argomentare*. Milano: Giuffrè, 2011.

GUASTINI, Riccardo. Problemas de interpretación. Tradução: Miguel Carbonell. *Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho*, n. 7, Oct. 1997. Publ. orig. em: 1993.

GUASTINI, Riccardo. *Teoria e dogmatica delle fonti*. Milano: Giuffrè, 1998.

GUAZZINI, Sebastiano. *Tractatus ad defensam inquisitorum, carceratorum, reorum [et] condemnatorum super quocunque crimine*. Geneve: Chouet, 1654.

GUDJONSSON, Gisli H. *The psychology of interrogations and confessions: a handbook* (Wiley series in the psychology of crime, policing and law). New York: John Wiley & Sons, 2003.

GUDJONSSON, G. H; CLARK, N. K. Suggestibility in police interrogation: A social psychological model. *Social Behaviour*, v. 1, 1986, pp. 83-104.

HAACK, Susan. *Evidence matters: science, proof, and truth in the law*. New York: Cambridge University Press, 2014.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido. O novo interrogatório. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 55, jul-ago. 2005, pp. 231-292.

HAMBLIN, C. L. Questions in Montague English. *Foundations of Language*, v. 10, n. 1, May 1973.

HAMBURGER, Max. Equitable Law: New Reflections on Old Conceptions. *Social Research*, v. 17, n. 4, December 1950.

HARMAN, Gilbert H. The Inference to the Best Explanation. *The Philosophical Review*, v. 74, n. 1, Jan. 1965, pp. 88-95.

HARRIS, Richard J. Answering questions containing marked and unmarked adjectives. *Journal of Experimental Psychology*, v. 97, 1973.

HART, H. L. A. *The concept of Law*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1994. 1. ed. publ. em: 1961.

HASSEMER, Winfried. *Fattispecie e tipo: indagini sull'ermeneutica penalistica*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2007.

HASSEMER, Winfried. *Introdução aos Fundamentos do Direito Penal*. Tradução da 2. ed. alemã rev. e ampl: Pablo Rodrigo Alflen da Silva. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

HEGEL, Georg. *Introducción a la Historia de la Filosofía*. Madrid: Alba Libros, 1998. 1. ed. orig. publ. em: 1836.

HEMPEL, Carl G.; OPPENHEIM, Paul. *Der Typusbegriff im Lichte der neuen Logik*. Leiden: A.W. Sijthoff's Uitgeversmaatschappij, 1936.

HENKEL, Heinrich. *Introducción a la Filosofía del Derecho*. Tradução: Enrique Gimbernat Ordeig. Madrid: Taurus, 1968. 1. ed. orig.: 1964.

HIGGINBOTHAM, James. The semantics of questions. In: *The handbook of contemporary semantic theory*. Oxford: Blackwell, 1996, pp. 361–383. Disponível em: <http://www.blackwellreference.com/public/tocnode?id=g9780631207498_chunk_g978063120749817>. Acesso em: mar. 2018.

HIGH-VALUE DETAINEE INTERROGATION GROUP. *Interrogation Best Practices*. Aug. 26, 2016. Disponível em: <<https://www.fbi.gov/file-repository/hig-report-august-2016.pdf/view>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUDDLESTON, Rodney. The contrast between interrogatives and questions. *Journal of Linguistics*, v. 30, 1994.

ICHINO, Giovanna. Il giudice del dibattimento, le parti e la formazione della prova. *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*, Milano, vol. 32, n. 2, apr-giugno 1989.

INBAU, Fred ET AL. *Criminal interrogation and confessions*. 4. ed. Gaithersberg: Aspen, 2001. 1. ed. orig. publ. em: 1962.

INSTITUTO INNOVARE. *Fidelis – Gravação Audiovisual de Audiências*. Disponível em: <<https://www.premioinnovare.com.br/praticas/l/fidelis-gravacao-audiovisual-de-audiencias>>. Acesso em: 25 set. 2018.

ITÁLIA. *Codice di Procedura Civile*. Regio Decreto 28 ottobre 1940, n. 1443. Gazzeta Ufficiale. Disponível em: <http://www.gazzettaufficiale.it/atto/vediMenuHTML?atto.dataPubblicazioneGazzetta=1940-10-28&atto.codiceRedazionale=040U1443&tipoSerie=serie_generale&tipoVigenza=vigenteADa>. Acesso em: 21 mai. 2018.

ITÁLIA. *Codice di Procedura Penale*. Decreto del Presidente della Repubblica 22 settembre 1988, n. 447. Gazzeta Ufficiale. Disponível em: <<http://www.gazzettaufficiale.it/atto/vediMenuHTML?atto.dataPubblicazioneGazzetta=1988->

10-

24&atto.codiceRedazionale=088G0492&tipoSerie=serie_generale&tipoVigenza=vigenteADa
ta>. Acesso em: 20 mai. 2018.

IVAINER, Théodore. *L'Interprétation des faits en droit*. Paris: LGDJ, 1988.

JORGE, André Guilherme Lemos. *Inquérito civil: contraditório e ampla defesa – sobre a efetividade dos princípios constitucionais*. Curitiba: Juruá, 2009.

JOSEPHSON ET AL, *Abductive inference: Computation, philosophy, technology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

JUANES, Ángel (coord.). *Ley de Enjuiciamiento Civil: Comentada, con jurisprudencia sistematizada y concordancias* (Colección Tribunal Supremo). 1. ed. Madrid: Lefebvre-El Derecho, 2010.

JUANES, Ángel (coord.). *Ley de Enjuiciamiento Criminal: Comentada, con jurisprudencia sistematizada y concordancias* (Colección Tribunal Supremo). 4. ed. Madrid: Lefebvre-El Derecho, 2017.

JUCKER, Andreas H. *News Interviews: A pragmalinguistic analysis*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1986.

KANT, Immanuel. *Lógica*. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. 1. ed. orig. publ. em: 1800.

KARTTUNEN, Lauri. Syntax and semantics of questions. *Linguistics and Philosophy*, v. 1, 1977, p. 10. Disponível em: <<http://web.stanford.edu/~laurik/publications/archive/questions.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

KAUFMANN, Arthur. *Analogia y “Naturaleza de la Cosa”*: hacia una teoria de la comprension jurídica. Tradução e estudo preliminar: Enrique Barros Bourie. Santiago: Editorial Juridica de Chile, 1976. 1 ed. original publ. em: 1965.

KAUFMANN, Arthur. *Filosofia do Direito*. Prefácio e Tradução: António Ulisses Cortês. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 1. ed. orig. publ. em: 1997.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 1. ed. original publ. em: 1934.

KERDANIEL, Edouard L. de. Psychologia das Testemunhas. Tradução: Victor Nunes Leal. *Revista Forense*, v. 34, n. 71, jul-set., 1937, pp. 213-220.

KNIJNIK, Danilo. *A Prova nos Juízos Cível, Penal e Tributário*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

KNIJNIK, Danilo. *O recurso especial e a revisão da questão de fato pelo Superior Tribunal de Justiça*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

KNIJNIK, Danilo. *Prova pericial e seu controle no direito processual brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

LACERDA, Galeno. O Código e o Formalismo Processual. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, Curitiba, Brasil, dez. 1983, p. 17. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/8874>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. 3. ed. Tradução: José Lamago. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LAURENTIIS, Lucas Catib De. *A proporcionalidade no direito constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2017.

LEECH, Geoffrey N. *Principles of Pragmatics*. London: Longman, 1983.

LEO, Richard A. *Police Interrogation and American Justice*. Cambridge-Massachusetts-London: Harvard University Press, 2008.

LEVI, Edward Hirsch. An Introduction to Legal Reasoning. *The University of Chicago Law Review*, v. 15, n. 3, Spring 1948.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. 1. ed. orig. publ. em: 1983.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Problemi del Processo Civile*. Napoli: Morano, 1962.

LIMA, Marcellus Polastri. *Curso de processo penal*. 9. ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

LIMA, Marcellus Polastri; SONEGHETI, Victor. Limitações à doutrina dos frutos da árvore envenenada: sua recepção no processo civil brasileiro. *Pensar: Revista de Ciências Jurídicas*, Fortaleza, v. 17, n. 1, jan-jun. 2012, pp. 251-272.

LIPMANN, Otto. *Die Wirkung von Suggestivfragen*. Leipzig: Verlag von Johann Ambrosius Barth, 1908.

LOCARD, Edmond. *A investigação criminal e os métodos científicos*. Tradução: Fernando de Miranda. São Paulo: Saraiva, 1939.

LOFTUS, E. F. Leading questions and the eyewitness report. *Cognitive Psychology*, New York, v. 7, 1975.

LOFTUS, E. F.; SCHOOLER, J. W.; WAGENAAR, W. A. The fate of memory: Comment on McCloskey & Zaragoza. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 114, 1985.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOPES JÚNIOR, Aury; GESU, Cristina Carla Di. Prova penal e falsas memórias: em busca da redução de danos. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, ano 15, n. 175, jun. 2007.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Juízo jurídico e a falsa solução dos princípios e das regras. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, ano 40, n. 160, 2003.

MA, Yue. A Comparative View of the Law of Interrogation. *International Criminal Justice Review*, v. 17, n. 1, March 2007.

MACHADO, Antonio. *Antología comentada*. Selección, introducción y notas: Francisco Caudet. v. 1: Poesía. Madrid: Ediciones de la Torre, 1999.

MALATESTA, Nicola Framarino Dei. *A Lógica das Provas em Matéria Criminal*, 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C^a. (Filhos), 1927.

MALLANDRICH, Núria. *Evidence in civil law: Spain*. Maribor: Institute for Local Self-Government and Public Procurement (Lex Localis), 2015.

MANN, Steve. *The Research Interview: Reflective Practice and Reflexivity in Research Processes*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

MARANHÃO, Clayton. Agravo de Instrumento no Código de Processo Civil de 2015: entre a taxatividade do rol e um indesejado retorno do mandado de segurança contra ato judicial. *Revista de Processo*, v. 256, jun. 2016, pp. 147-168.

MARCONDES, Danilo. *Textos Básicos de Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 1. ed. orig. publ. em: 1999.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil*. v. 5. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova e convicção*, 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de Processo Civil comentado*. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum*. v. 2. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *O novo processo civil*. 3. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de processo civil: comentado artigo por artigo*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARQUES, José Frederico. *O Direito Processual em São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1977.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MATOS, Saulo Monteiro Martinho de. A hermenêutica jurídica de Gustav Radbruch. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, v. 8, n. 1, 2016.

MATTOS, Sérgio Luís Wetzel de. *Da iniciativa probatória do juiz no processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MAZZARRA, Jack. Leading Questions on Direct And Cross-Examination. Michigan Bar Journal, march 2013. Disponível em: <<http://www.michbar.org/file/journal/pdf/pdf4article2179.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.

MCCORMICK, Charles. The Scope and Art of Cross-Examination. *Northwestern University Law Review*, v. 47, 1952.

MCDUGALL, William. *An introduction to social psychology*. 2. ed. London: Methuen, 1909. 1. ed. orig. publ. em: 1908.

MEARS, Carolyn L. *Interviewing for education and social science research: The gateway approach*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Novo Código de Processo Civil comentado*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnaldo; MENDES, Gilmar Ferreira. *Mandado de segurança e ações constitucionais*. 37. ed. renov., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELILLI, Kenneth. Leading Questions on Direct Examination: A More Pragmatic Approach. *American Journal Of Trial Advocacy*, v. 27, 2003-2004.

MEYER, Michel. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

MIRA Y LOPEZ, Emilio. *Manual de Psicología Jurídica*. 6. ed. Buenos Aires: El Ateneo, 1980. 1. ed. orig. publ. em: 1932.

MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1967*. v. 1. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967-1968.

MIRANDA, Pontes de. *Comentários ao código de processo civil*. 2. ed., v. 3. Rio de Janeiro: Forense, 1958-1962.

MIRANDA ESTRAMPES, Manuel. *El concepto de prueba ilícita y su tratamiento en el proceso penal*. 2. ed., rev. y ampl. Barcelona: J.M. Bosch, 2004.

MIRANDA ESTRAMPES, Manuel. La prueba ilícita: la regla de exclusión probatoria y sus excepciones. *Revista Catalana de Seguretat Pública*, n. 22, Mayo 2010.

MIRANDA, Pontes de. *Comentários ao código de processo civil*. 2. ed. rev. e aum. v. 4. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

MISHLER, Elliot George. *Research interviewing: Context and Narrative*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

MITIDIERO, Daniel. *Colaboração no processo civil*. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 1. ed. orig. publ. em: 2009.

MITIDIERO, Daniel. *Cortes superiores e cortes supremas: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente*. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2017.

MITIDIERO, Daniel. Processo e Cultura: Praxismo, Processualismo e Formalismo em Direito Processual Civil. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS*, v. 2, n. 2, setembro 2004.

MITIDIERO, Daniel; OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Curso de processo civil: processo de conhecimento*. v. 2. São Paulo: Atlas, 2012.

MITTERMAIER, Carl Joseph Anton. *Tratado da prova em matéria criminal* (anotado por Pontes de Miranda), 3. ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1917.

MONTAGUE, Richard. The proper treatment of quantification in ordinary English. In: SUPPES, Patrick; MORAVCSIK, Julius; HINTIKKA, Jaakko (eds.). *Approaches to Natural Language*. Dordrecht: Springer, 1973, pp. 221-242.

MORAES, Alexandre de. Limitações constitucionais às comissões parlamentares de inquérito. *Revista de Informação Legislativa*, v. 37, n. 146, abr-jun. 2000, pp. 281-289.

MORAES, Rafael Francisco Marcondes de. A Defesa no Inquérito Policial. *Corpus Delicti: Revista de Direito de Polícia Judiciária*, Brasília, v. 1, n. 2, jul-dez. 2017.

MORAES, Rafael Francisco Marcondes de. *Polícia Judiciária e a atuação da defesa na investigação criminal*. 2. ed. ampl., rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2018.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao código de processo civil*. v. 5. 16. ed. rev., e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento*. 29. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MORO, Sergio Fernando. Considerações sobre a operação mani pulite. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, Brasília, v. 8, n.26, jul-set. 2004, pp. 56-62.

MORRIS, Charles. Foundations of the Theory of Signs. In: *International Encyclopedia of Unified Science*, v.1, n. 2. Chicago: The University of Chicago Press, 1938.

MOSSIN, Heraclito Antonio. *Curso de processo penal*. v. 2. São Paulo: Atlas, 1998.

MOURA, Heronildes Maurílio de Melo. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2000.

MUERZA, Julio Jose (ed.). *Ley de Enjuiciamiento Criminal con Jurisprudencia*. 5. ed. Navarra: Aranzadi, 2015.

MÜNSTERBERG, Hugo. *On the witness stand: Essays on Psychology and Crime*. New York: Doubleday, Page & Co., 1909.

NETTO, Vladimir. *Lava Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

NEVES, A. Castanheira. *Metodologia jurídica: problemas fundamentais*. Coimbra: Coimbra, 1993.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. Salvador: JusPodivm, 2016.

NINA, Carlos Homero Vieira. As Constituições Parlamentares de Inquérito nas Constituições brasileiras. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 42, n. 166, abr-jun. 2005, pp. 367-374.

NOTARIANO JÚNIOR, Antonio; BRUSCHI, Gilberto Gomes. *Agravo contra as decisões de primeiro grau: de acordo com as recentes reformas processuais e com o CPC/2015*. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

O MECANISMO. Direção: José Padilha; Felipe Prado e Marcos Prado. Produção: José Padilha e Marcos Prado. Los Gatos: Netflix, 2018. 8 ep. Documentário, son., color.

OGLE, Richard; PARKMAN, Allen; PORTER, James. Questions: Leading and otherwise: a framework for judicial discretion. *Judges' Journal*, v. 19, v.3.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do Formalismo no Processo Civil*, 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 1. ed. publ. em: 1997.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Notas sobre o conceito e a função normativa da nulidade. In: *Saneamento do processo: estudos em homenagem ao Prof. Galeno Lacerda*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1989.

PARTEE, Barbara H. *Lecture 11* (Week 12): Semantics and Pragmatics of Questions. In: FORMAL SEMANTICS, Moscow: MGU, may 22, 2009.

PASSOS, J. J. Calmon de. *Esboço de uma teoria das nulidades aplicada às nulidades processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PASTORE, Baldassare. *Giudizio, prova, ragion pratica: un approccio ermeneutico*. Milano: Giuffrè, 1996.

PATTARO, Enrico; ROVERSI, Corrado (ed.). *A Treatise of Legal Philosophy and General Jurisprudence*. v. 12: Legal Philosophy in the Twentieth Century: The Civil Law World. t. 1: Language Areas. Dordrecht: Springer, 2016.

PESSOA, Alberto. *A prova testemunhal: estudo de psicologia judiciária*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913.

PESSOA, Fernando. *Prosa Íntima e de Autoconhecimento*. 1. ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

PESSOA, Fernando. *Aforismos e afins*. Edição e prefácio: Richard Zenith. Tradução: Manuela Rocha. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PESSOA, Vicente Alves de Paula. *Código do processo criminal de primeira instancia do imperio do Brasil com a lei de 3 de dezembro de 1841, n. 261 e regulamento n. 120 de 31 de janeiro de 1842*: disposição provisória e decreto de 15 de março de 1842 com todas as reformas que lhes seguiram, até hoje, explicando, revogando e alterando muitas de suas disposições. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1899.

PESSOA, Vicente Alves de Paula. *Reforma judiciária*: Lei n. 2033 de 20 de setembro de 1871 e Decreto n. 4824 de 22 de novembro de 1871. 2. ed. com anotações, esclarecimentos, todos os avisos e jurisprudência dos Tribunaes (i.e. Tribunais), até hoje. Maranhão: Typ. de Antonio Pereira Ramos d'Almeida, 1880.

PICARDI, Nicola; NUNES, Dierle. O Código de Processo Civil Brasileiro: origem, formação e projeto de reforma. *Revista de Informação Legislativa*. Senado Federal, Brasília, ano 48, n. 190, abr-jun. 2011.

PINTER, Rafael Wobeto. A boa-fé no processo civil e o abuso de direitos processuais. *Revista de Processo*, v. 253, mar. 2016, pp. 129-160.

PINTER, Rafael Wobeto. A contraposição adversarial-inquisitorial foi superada?. *Revista de Processo Comparado*, v. 7, ano 4, jan-jun. 2018, pp. 53-96.

PISANI, Andrea Proto. Il codice di procedura civile del 1940 fra pubblico e privato. *Il Foro Italiano*, v. 123, n. 3, Marzo 2000.

PISANI, Andrea Proto. *Lezioni di diritto processuale civile*. 6. ed. Napoli: Jovene, 2014.

PISANI, Mario. Italian style: il nuovo codice di procedura penale. *Rivista di diritto processuale*, Milano, v. 53, n. 1, gen-mar. 1998.

POLÍCIA FEDERAL: A Lei é para Todos. Direção: Marcelo Antunez. Produção: Tomislav Blazic. Intérpretes: Flávia Alessandra; Ary Fontoura; Antonio Calloni; João Baldasserini; Marcelo Serrado e outros. Rio de Janeiro: Downtown Filmes, c2017. 1 DVD (1075 min), widescreen, color.

PORTO-CARRERO, J. P. *Psicologia Judiciaria*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1936.

QUIRK, Randolph ET AL. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. 1. ed. London: Longman, 1985.

RADBRUCH, Gustav. Conceptos de clasificación y conceptos ordenadores en el pensamiento jurídico (*Klassenbegriffe und Ordnungsbegriffe im Rechtsdenken*). Tradução: Guzmán Dalbora. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*. n. 11 r. 3. Public. orig.: *Revue internationale de la théorie du droit*, n. 12, 1938, pp. 46-54.

RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do Direito*. 6. ed. rev. Tradução e prefácios: Luís Cabral de Moncada. Coimbra: Armenio Amado, 1979.

RAMALHO, Joaquim Ignacio, Barão de Ramalho (1809-1902). *Elementos do processo criminal*: para uso das Faculdades de Direito do Imperio. São Paulo: Typ. Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1856.

RAMALHO, Joaquim Ignácio, Barão de Ramalho (1809-1902). *Practica civil e commercial*. São Paulo: Typographia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1861.

RAMOS, Vitor de Paula. *Prova testemunhal*: Do Subjetivismo ao Objetivismo. Do Isolamento Científico ao Diálogo com a Psicologia e a Epistemologia. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

RIBAS, Antônio Joaquim. *Consolidação das leis do processo civil*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1879.

RICOEUR, Paul. *Interpretation Theory*: Discourse and the Surplus of Meaning. Fort Worth: Texas Christian University Press, 1976.

ROMÃO, Pablo Freire. Taxatividade do rol do art. 1.015, do NCPC: Mandado de segurança como sucedâneo do agravo de instrumento?. *Revista de Processo*, v. 259, ano 41, set. 2016, pp. 259- 273.

ROOY, Robert van. Questioning to Resolve Decision Problems. In: *Linguistics and Philosophy*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, v. 26, issue 6, 2003.

ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. Tradução e notas: Edson Bini. Revisão técnica: Alysson Leandro Mascaro. São Paulo: EDIPRO, 2000. 1. ed. orig. publ. em: 1958.

ROXIN, Claus. *Derecho procesal penal*. Tradução da 25. ed. alemã por: Gabriela Córdoba e Daniel Pastor. Revisão: Julio Maier. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2000.

ROXIN, Claus. La protección de la persona en el Derecho Procesal Penal alemán. *Revista Penal*, n. 6, 2000.

RUSSEL, Bertrand. *The Problems of Philosophy*. 2. ed. Oxford and New York: Oxford University Press, 1998. 1. ed. orig. publ. em: 1912.

SAAD, Marta. *O direito de defesa no inquérito policial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SALES, José Roberto da Cunha. *Thesouro juridico*: tratado de jurisprudencia e pratica do processo civil brasileiro. v. 2. Rio de Janeiro: Garnier, 1882.

SAMUEL, Geoffrey. *An Introduction to Comparative Law*: Theory and Method. Oxford: Hart Publishing, 2014.

SANTOS, J. M. de Carvalho. *Código de processo civil interpretado*. 2. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1940-1941.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Prova judiciária no cível e no comercial*. 2. ed. v. 2. São Paulo: Max Limonad, 1952-1955.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Prova judiciária no cível e comercial*. 3. ed. v. 3. São Paulo: Max Limonad, 1964.

SARAIVA, Renato; MANFREDINI, Aryanna. *Curso de direito processual do trabalho: conforme novo CPC*. 12. ed., rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2015.

SCHAUER, Frederick. *Playing by the Rules: A Philosophical Examination of Rule-Based Decision-Making in Law and in Life*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

SCHOOLER, J. W.; LOFTUS, E. F. Individual differences and experimentation: complementary approaches to interrogative suggestibility. *Social Behaviour*, v. 2, 1986.

SEDORKIN, Gail; MCGREGOR, Judy. *Interviewing: A Guide for Journalists and Writers*. Crows Nest: Allen & Unwin, 2002.

SEGAL, Daniel; HERSEN, Michel (eds.). *Diagnostic Interviewing*. 4. ed. New York-Dordrecht-Heidelberg-London: Springer, 2010.

SELL, Fabíola. S. F. *As Interrogativas do Português Brasileiro: perguntas e respostas*, 2003, 235 f. Tese (Doutorado em Letras)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SHEPHERD, Eric; GRIFFITHS, Andrew. *Investigative Interviewing: The Conversation Management Approach*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. 1. ed. orig. publ. em: 2007.

SHERWIN, Emily. A Defense of Analogical Reasoning in Law. *The University of Chicago Law Review*, v. 66, Fall 1999.

SHUY, Roger W. *The language of confession, interrogation, and deception*. London: SAGE Publications, 1998.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos fundamentais*. Conteúdo essencial, restrições e eficácia. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA. Ovídio Araújo Baptista da. *Processo e ideologia: o paradigma racionalista*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SILVA. Ovídio Araújo Baptista da. *Curso de processo civil: processo de conhecimento*. v. 1. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SIMPSON, Fred; SELDEN, Deborah. Objection: Leading question!. *Texas Bar Journal*, State of Texas, v. 61, 1998.

SKERKER, Michael. *An ethics of interrogation*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.

SOMMERS-FLANAGAN, John; SOMMERS-FLANAGAN, Rita. *Clinical interviewing*. 4. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2009.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas sobre o processo criminal [...]*. 3. ed. emend. e accres. Lisboa: Imprensa Régia, 1820.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas sobre o processo civil*. v. 1. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1872.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas sobre o processo civil: accommodadas ao fôro do Brazil*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1906.

SOUSA, Luís Filipe Pires de. *Prova testemunhal*. Coimbra: Almedina, 2013.

SPORER, Siegfried Ludwig. A Brief History of the Psychology of Testimony. *Current Psychological Reviews*, v. 2, 1982.

STEIN, Alex. *Foundations of Evidence Law*. Oxford-New York: Oxford University Press, 2005.

STEIN, Lilian Milnitsky. *Falsas memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas*. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

STERN, William L. *Zur Psychologie der Aussage: experimentelle Untersuchungen über Erinnerungstreue*. Berlin: J. Guttentag, 1902.

STERN, William L. *Beiträge zur Psychologie der Aussage: Mit besonderer Berücksichtigung von Problemen der Rechtspflege, Pädagogik, Psychiatrie und Geschichtsforschung*. v. 1. Leipzig: Barth, 1903-1904.

STEVENS JR., John B. Please Tell the Jury in My Own Words: how to deal with leading questions. *Texas Bar Journal*, v. 79, n. 4, April 2016.

STRACHE, Karl-Heinz. *Das Denken in Standards: Zugleich ein Beitrag zur Typologik*. Berlin: Duncker & Humblot, 1968.

SUNSTEIN, Cass R. On Analogical Reasoning. *Harvard Law Review*, v. 106, n. 3, Jan. 1993.

TÁCITO, Caio. A razoabilidade das leis. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 204, abr-jun. 1996.

TARELLO, Giovanni. Il “problema dell’interpretazione”: una formulazione ambígua. *Rivista internazionale di filosofia del diritto*, XLIII, fasc. 2, pp. 349-357.

TARELLO, Giovanni. *La interpretación de la Ley*. Prólogo: Riccardo Guastini. Tradução: Diego Dei Vecchi. Lima: Palestra Editores, 2013. 1. ed. orig. publ. em: 1980.

TARELLO, Giovanni. L'opera di Giuseppe Chiovenda nel crepuscolo dello stato liberale. In: *Dottrine del Processo Civile: Studi Storici sulla Formazione del Diritto Processuale Civile*. Bologna: Il Mulino, 1989.

TARUFFO, Michele. General Report. In: *Abuse of procedural rights: comparative standards of procedural fairness*. The Hague: Kluwer Law International, 1999.

TARUFFO, Michele. *La prueba de los hechos*. 2. ed. Tradução: Jordi Ferrer Beltrán. Madrid: Trotta, 2005.

TARUFFO, *Simplemente la verdad*: El juez y la construcción de los hechos. Tradução: Daniela Accatino Scagliotti. Madrid: Marcial Pons, 2010.

TEIXEIRA, Napoleão L. *Psicologia forense e psiquiatria médico-legal*. Curitiba, 1954.

TERRILL, Richard J. *World criminal justice systems: a survey*. 7. ed. New Providence: LexisNexis. 1. ed. publ. orig. em: 1984.

TESORO, Giorgio. *La Psicologia della Testimonianza*. Torino: Fratelli Bocca, 1929.

THAMAN, Stephen C. "Fruits of the poisonous tree" in Comparative Law. *Southwestern Journal of International Law*, v. 16, 2010.

THE Confession Tapes. Direção e criação: Kelly Loudenberg. Produção: Shannon Schaefer. Música: Jack Long; Alexandra Johnstone. Edição: Alex Durham; George Valdez; Omry Maoz; Alexander Sanchez. Los Gatos: Netflix, 2017. 7 ep. Documentário, son., color.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum*. v. 1. 58. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil: execução forçada, processo nos tribunais, recursos e direito intertemporal*. v. 3. 49. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil: teoria geral do processo civil e processo de conhecimento*. v. 1. 55. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

THOMAS, Earl. Cross-examination of Witness. *Mississippi Law Journal*, v. 32, 1960-1961.

THOMPSON, Carolyn B. *Interviewing Techniques for Managers*. New York: McGraw-Hill, 2002.

TITCHENER, Edward Bradford. *A Textbook of Psychology*. New York: MacMillan, 1916. 1. ed. publ. em: 1909.

TONINI, Paolo; CONTI, Carlotta. *Il diritto delle prove penali*. 1. ed. Milano: Giuffrè, 2012.

TONINI, Paolo. *Manuale di procedura penale*. 16. ed. Milano: Giuffrè, 2015.

TORIBIOS, Fernando (coord.). *Comentarios a la ley de enjuiciamiento civil*. 1. ed. Madrid: Lex Nova, 2012.

TORNAGHI, Hélio. *Curso de processo penal*. 10. ed. atual. v. 1. São Paulo: Saraiva, 1997.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de Processo Penal*. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

TUCCI, Jose Rogerio Cruz e; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de história do processo civil lusitano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

TWINING, William. *Rethinking Evidence: Exploratory Essays*. 2. ed. Cambridge-New York: Cambridge University Press, 2006.

UNITED STATES ARMY INTELLIGENCE CENTER. *Questioning Techniques*. Subcourse Number IT 0601. Edition C. Lesson 1. Fort Huachuca, Arizona, May 1997.

VIEHWEG, Theodor. *Tópica e jurisprudência: uma contribuição à investigação dos fundamentos jurídico-científicos*. Tradução: Kelly Susane Alflen da Silva. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

VIEIRA, Padre Antônio. *Sermões*. v. 1. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

VILLABOIM, Manoel Pedro. “O processo criminal brasileiro” por João Mendes de Almeida Junior. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, v. 8, 1900.

VOLK, Klaus. *Curso fundamental: Ordenanza Procesal*. 1. ed. Tradução: Alberto Nanzer, Noelia T. Núñez, Daniel R. Pastor e Eugenio Sarabayrouse. Buenos Aires: Hammurabi, 2016.

WAISMANN, Friedrich. *How I See Philosophy*. London: Palgrave Macmillan, 1968.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo de conhecimento*. v. 1. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil*. 16. ed., reform. e ampl. de acordo com o novo CPC. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do Processo e da Sentença*. 8. ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

WEIGEND, Thomas. Continental Cures for American Ailments: European Criminal Procedure as a Model for Law Reform. *Crime and Justice*, v. 2, 1980.

WEINREB, Lloyd L. *Legal Reason: The Use of Analogy in Legal Argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

WEITZENHOFFER, Andre M. *The Practice of Hypnotism*. v. 1. 1. ed. New York: John Wiley & Sons, 1989.

WELLMAN, Francis L. *The art of cross-examination*. New York: Touchstone, 1997. 1. ed. orig. publ. em: 1903.

WHITE, Morton G. The Analytic and the Synthetic: An Untenable Dualism. In: SIDNEY, Hook. *John Dewey: philosopher of science and freedom, a symposium*. New York: The Dial Press, 1950, pp. 316–330.

WIGMORE, John Henry. *The principles of judicial proof: as given by logic, psychology, and general experience, and illustrated in judicial trials*. Bonston: Little, Brown, and Company, 1913.

WILLIAMSON, Thomas. From interrogation to investigative interviewing: Strategic trends in the police questioning. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, v. 3, 1993.

WILLIAMSON, Timothy. *Knowledge and its Limits*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.

WINTER, Lorena. Spain: The Constitutional Court's Move from Categorical Exclusion. In: THAMAN, Stephen C. (ed.). *Exclusionary Rules in Comparative Law*. Dordrecht, Heidelberg, New York and London: Springer, 2013.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. 3. ed. Tradução: G.E.M. Anscombe. Oxford: Basil Blackwell, 1969. 1. ed. orig. publ. em: 1953.

WOLF, Christian; ZEIBIG, Nicola. *Evidence in civil law: Germany*. Maribor: Institute for Local Self-Government and Public Procurement (Lex Localis), 2015.

WOLF, Theta H. *Alfred Binet*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

WRÓBLEWKI, Jerzy. *The Judicial Application of Law*. Edição: Zenon Bankowski e Neil MacCormick. 1. ed. Dordrecht: Springer Netherlands, 1992.

WRÓBLEWSKI, Jerzy. Semantic basis of the theory of legal interpretation. *Logique et Analyse*, v. 6, n. 21-24, dez. 1963.

YEUNG, Rob. *Successful interviewing and recruitment*. London: Kogan Page, 2008.

YOUNGER, Irving. *The Advocates's Deskbook: The Essentials of Trying a Case*. New Jersey: Prentice Hall Law & Business Publishing, 1988.

ZACLIS, Daniel. *As nulidades no processo penal: estudo crítico sobre a aplicação da regra do prejuízo*. 1. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

ZWEIGERT, Konrad; KÖTZ, Hein. *An Introduction to Comparative Law*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Primeiro Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo

- *Agravo de Instrumento 0002438-10.1997.8.26.0000*, 10ª Câmara do Extinto 1º TAC. Relator: Edgard Jorge Lauand. Data de julgamento: 02/12/1997.

Superior Tribunal de Justiça

- *AgRg no AREsp 572.859/RJ*, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 18/12/2014, DJe 03/02/2015.
- *AgRg no AREsp 1.229.976/RJ*, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018.
- *AgRg no AgRg no MS 20.689/DF*, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, julgado em 10/12/2014, DJe 05/03/2015.
- *AgRg nos EDcl nos EAg 1.127.013/SP*, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, julgado em 03/11/2010, DJe 23/11/2010.
- *AgRg nos EREsp 999.342/SP*, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, julgado em 24/11/2011, DJe 01/02/2012.
- *AgRg nos EREsp 947.231/SC*, Rel. Ministro João Otávio De Noronha, Corte Especial, julgado em 23/04/2012, DJe 10/05/2012.
- *AgRg no HC 417.712/SP*, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 19/06/2018, DJe 28/06/2018.
- *AgRg no MS 21.786/SP*, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Corte Especial, julgado em 01/07/2015, DJe 06/08/2015.
- *AgRg no MS 22.292/DF*, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial, julgado em 01/02/2016, DJe 19/02/2016.
- *EDcl no Habeas Corpus 130.429/CE*, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 27/04/2010, DJe 17/05/2010.
- *EDcl no AgRg nos EREsp 1.510.816*, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 10/05/2017, DJe 16/05/2017.

- *Habeas Corpus 301.488/MT*, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 01/09/2016, DJe 06/09/2016.
- *MS 16.042/DF*, Relator: Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 15/02/2012, DJe 30/05/2012.
- *REsp 246.577/PE*, Rel. Ministro Vicente Leal, Sexta Turma, julgado em 14/12/2000, DJ 04/06/2001, p. 266.
- *REsp 476.660/MG*, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 20/05/2003, DJ 04/08/2003, p. 274.
- *REsp 1.489.356/RS*. Rel. Ministro Felix Fischer. Data de julgamento: 23/08/2017.
- *RHC 6.848/RJ*, Rel. Ministro Edson Vidigal, Quinta Turma, julgado em 02/12/1997, DJ 02/02/1998, p. 120.
- *RMS 6.422/SC*, Rel. Min. José de Jesus Filho, Primeira Turma, julgado em 10/12/1996, DJ 17/03/1997, p. 7431.
- *RMS 8.559/SC*, Rel. Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, Sexta Turma, julgado em 12/06/1998, DJ 03/08/1998, p. 328.
- *RMS 8.327/MG*, Rel. Ministro Vicente Leal, Sexta Turma, julgado em 24/06/1999, DJ 23/08/1999, p. 148.
- *RMS 18.017/SP*, Rel. Ministro Paulo Medina, Sexta Turma, julgado em 09/02/2006, DJ 02/05/2006, p. 390.
- *RMS 26.937/BA*, Relator: Min. Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 07/10/2008, DJe 23/10/2008.

Supremo Tribunal Federal

- *Ação Penal 618*, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe-116 public. 02/06/2017.
- *AI-QO 664.567*, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 18/06/2007, publicado em 06/09/2007.
- *ARE 654192 AgR*, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 22/11/2011, DJe-093 public. 14/05/2012.
- *ARE 984.373 AgR*, Relator(a): Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, julgado em 14/10/2016, DJe-234 public. 04/11/2016.
- *Habeas Corpus 69.372*, Relator(a): Min. Celso de Mello, Primeira Turma, julgado em 22/09/1992, DJ 07/05/1993.

- *Habeas Corpus* 69.912 *segundo*, Relator(a): Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 16/12/1993, DJ 25/03/1994.
- *Habeas Corpus* 73.271, Relator(a): Min. Celso de Mello, Primeira Turma, julgado em 19/03/1996, DJ 04/10/1996.
- *Habeas Corpus* 73.351, Relator(a): Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, julgado em 09/05/1996, DJ 19/03/1999.
- *Habeas Corpus* 79.191, Relator(a): Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, julgado em 04/05/1999, DJ 08/10/1999.
- *Habeas Corpus* 72.588, Relator(a): Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 12/06/1996, DJ 04/08/2000.
- *Habeas Corpus* 85.155, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, julgado em 22/03/2005, DJ 15/04/2005.
- *Habeas Corpus* 82.862, Relator(a): Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, julgado em 19/02/2008, DJe-107 publ. 13/06/2008.
- *Habeas Corpus* 90.298, Relator(a): Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, julgado em 08/09/2009, DJe-195 public. 16/10/2009.
- *Habeas Corpus* 105.837, Relator(a): Min. Rosa Weber, Primeira Turma, julgado em 08/05/2012, DJe-100 public. 23/05/2012.
- *Habeas Corpus* 114.592, Relator(a): Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 26/03/2013.
- *Habeas Corpus* 103.325, Relator(a): Min. Celso De Mello, Segunda Turma, julgado em 03/04/2012, DJe-213 publ. 30/10/2014.
- *Habeas Corpus* 111.567 *AgR*, Relator(a): Min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 05/08/2014, Processo Eletrônico DJe-213, publ. 30/10/2014.
- *Habeas Corpus* 119.315, Relator(a): Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 13/11/2014.
- *Habeas Corpus* 106.566, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 16/12/2014, DJe-053 publ. 19/03/2015.
- *Inq* 897 *AgR*, Relator(a): Min. Francisco Rezek, Tribunal Pleno, julgado em 23/11/1994, DJ 24/03/1995.
- *Inq* 3.387 *AgR*, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, julgado em 15/12/2015, DJe-036 publ. 26/02/2016.
- *MS* 33392 *AgR*, Relator(a): Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 03/03/2016, Processo Eletrônico DJe-118 public. em 09/06/2016.

- *RE 76.909*, Relator(a): Min. Xavier de Albuquerque, Tribunal Pleno, julgado em 05/12/1973, DJ 17/05/1974.
- *RE 86.799*, Relator(a): Min. Thompson Flores, Primeira Turma, julgado em 18/09/1979, DJ 15/10/1979.
- *RE 100.401*, Relator(a): Min. Aldir Passarinho, Segunda Turma, julgado em 08/04/1986, DJ 16/05/1986.
- *RE 425.734 AgR*, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 28/10/2005.
- *RE 481.955 AgR*, Relator(a): Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, julgado em 10/05/2011, DJe-099 public. 26/05/2011.
- *RHC 59.397*, Relator(a): Min. Néri da Silveira, Primeira Turma, julgado em 04/12/1981, DJ 16/04/1982.
- *RHC 133.719 AgR*, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, julgado em 02/05/2017, DJe-101 publ. 16/05/2017.
- *RHC 137.368*, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 29/11/2016, DJe-169 publ. 02/08/2017.
- *RHC 132.062*, Relator(a): Min. Marco Aurélio, Relator(a) p/ Acórdão: Min. Edson Fachin, Primeira Turma, julgado em 22/11/2016, DJe-243 publ. 24/10/2017.
- *RHC 137994 AgR*, Relator(a): Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 09/03/2018, DJe-053 public. 20/03/2018.
- *RMS 32.017 AgR*, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 24/09/2013, Processo Eletrônico DJe-203 public. em 14/10/2013.
- *RMS 33.995 AgR*, Relator(a): Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 01/09/2017, Processo Eletrônico DJe-222 public. em 29/09/2017.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

- *Agravo de Instrumento 5233258.47.2016.8.09.0000*. Relator: Des. Carlos Escher. Redator do Acórdão: Des. Kisleu Dias Maciel Filho. Data de julgamento: 01/12/2016.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

- *Apelação Criminal 0017324-50.2010.8.14.0401*. Relatora: Des. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos. Data de julgamento: 17/08/2017.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

- *Agravo Regimental 585008006*, Terceira Câmara Cível. Relator: Des. Galeno Vellinho de Lacerda. Data de julgamento: 28/03/1985.
- *Apelação Crime 70057063984*, Sétima Câmara Criminal. Relator: Des. José Conrado Kurtz de Souza. Data de julgamento: 15/05/2014.
- *Apelação Crime 70063904643*, Sétima Câmara Criminal. Relator: Des. José Conrado Kurtz de Souza. Data de julgamento: 16/04/2015.
- *Embargos Infringentes 70018612382*, Terceiro Grupo de Câmaras Criminais. Relator: Des. Nereu José Giacomolli. Data de julgamento: 15/06/2007.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

- *Recurso Ordinário 00518-2007-056-02-00-1*, 4ª Turma. Relator: Des. Ricardo Artur Costa e Trigueiros, Data de julgamento: 17/06/2008.

Tribunal Superior do Trabalho

- *AIRR 49140-43.2000.5.01.0036*, Relator Ministro Fernando Eizo Ono, Data de Julgamento: 24/02/2010, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/03/2010.
- *Recurso de Revista 940-89.2012.5.09.0673*, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 10/09/2014, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/09/2014.
- *Recurso de Revista 236600-39.2001.5.12.0035*, Relator Ministro Vantuil Abdala, Data de Julgamento: 23/09/2009, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/10/2009.

Turma Recursal Criminal do Estado do Rio Grande do Sul

- *Recurso Crime 71005843214*, Turma Recursal Criminal. Relator: Edson Jorge Cechet, Data de julgamento: 06/06/2016.
- *Recurso Crime 71006001689*, Turma Recursal Criminal. Relator: Luiz Antônio Alves Capra, Data de julgamento: 12/09/2016.
- *Recurso Crime 71006050371*, Turma Recursal Criminal. Relator: Luiz Antônio Alves Capra, Data de julgamento: 12/09/2016.
- *Recurso Crime 71006392971*, Turma Recursal Criminal. Relator: Edson Jorge Cechet, Data de julgamento: 30/01/2017.

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

Alemanha

- BGHSt 2, 284, 289 (4.22.1952).
- BGHSt 34, 362 (4.28.1987).
- BGHSt 35, 328 (8.24.1988).

Espanha

- ATC 970/1987.
- Sentencia Audiencia Provincial de Almería –Sección 1.^a– núm. 307/2002 de 3 de diciembre.
- Sentencia Audiencia Provincial de Málaga –Sección 4.^a– núm. 586/2005 de 11/10/2005.
- Sentencia Audiencia Provincial de Madrid –Sección 18.^a– núm. 519/2006 de 23/10/2006.
- Sentencia Audiencia Provincial de Valencia –Sección 11.^a– núm. 919/2008 de 28/01/2009.
- Sentencia Audiencia Provincial de Huelva –Sección 1.^a– núm. 111/2007 de 12/02/2009.
- STS 6635/1991.
- STS 1031/2003.
- STS 2317/2004.
- SSTs 470/2003.
- SSTs 160/2005.
- TS 2^a 8-11-12, EDJ 270035.
- TS 2^a 19-11-15, EDJ 230604.

Estados Unidos da América

- *Stone v. Standard Life & Acc Ins Co.*, 71 Mich 81, 85; 38 NW 710 (1888).
- *St. Clair v. US*, 154 US 134, 150; 14 S Ct 1002; 38 L Ed 936 (1894).
- *Antelope v. United States*, 185 F.2d 174 (10th Cir. 1950).
- *New Jersey v. Abbott*, 36 NJ 63, 78–79; 174 A2d 881 (1961).
- *Miranda v. Arizona*, 384 U.S. 436 (1966).
- *McClard v. United States*, 386 F.2d 495 (8th Cir. 1967).
- *Rotolo v. United States*, 404 F.2d 316 (5th Cir. 1968).
- *State v. Weese*, 424 A.2d 705, 709 (Me. 1981).
- *United States v. De Fiore*,
 - 720 F.2d 757, 764 (2d Cir. 1983).
 - 466 U.S. 906, and cert. denied, 467 U.S. 1241 (1984).
- *Newsome v. State*, 829 S.W.2d 260, 270 (Tex. App. Dallas 1992, no pet.).
- *Callahan v. State*, 937 S.W. 2d 553, 557 (Tex. App.--Texarkana 1996, no pet.).
- *Woods v. Lecureux*, 110 F3d 1215, 1222 (CA 6, 1997).
- *Wyatt v. State*, 23 S.W.3d 18 (2000).
- *People v. Watson*, 245 Mich App 572, 587; 629 NW2d 411 (2001).
- *Sanders v. NYC Human Resources Admin*, 361 F3d 749, 757 (CA 2, 2004).
- *NGM Ins. Co. v. Walker Const. & Dev., LLC*, No. 1:11-CV-146, 2012 WL 6553272, at *2 (E.D. Tenn. Dec. 13, 2012).
- *Gary Harmon Cement Contractor, Inc v. Highland Dairy, LLC*, 2012 Mich App LEXIS 858 (2012).

Itália

- Cass., 21 gennaio 1992, Daniele, in Arch. n. proc. pen., 1992, 618.
- Cass., Sez. III, 3 giugno 1993, Tettamanti, in Cass. pen., 1995, 79.

- Cass., sez. I, 5 novembre 1996, Di Gennaro, in Cass. pen., 1998, 2037.
- Cass., sez. I, 31 maggio - 10 giugno 2005, n. 22204, CED 232385.
- Cass., sez. I, 14 luglio - 3 novembre 2005, in Arch. n. proc. pen., 2007, 109.